



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

REDENÇÃO, 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº. 119/2012 e da Portaria TCU nº. 150/2012, e das orientações do órgão de controle interno.

REDENÇÃO, 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA

Administração Superior

Reitor
Prof. Paulo Speller

Vice-Reitora
Profa. Maria Elias Soares

Pró-Reitora de Administração
Laura Aparecida da Silva Santos

Pró-Reitora de Graduação
Profa. Jacqueline Cunha da Serra Freire

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
Ana Cristina Queiroz Fernandes

Pró-Reitor de Planejamento
Prof. Fernando Afonso Ferreira Júnior

Pró-Reitora de Relações Institucionais
Profa. Selma Alves Pantoja

Procurador-Chefe
Silton Batista Lima Bezerra

Chefe de Gabinete
Ana Cristina Queiroz

Administração Acadêmica

Coordenadora de Ensino e da Área de Saúde Coletiva
Profa. Andréa Gomes Linard

Coordenador da Área de Ciências Sociais Aplicadas
Prof. Fernando Afonso Ferreira Júnior

Coordenador da Área de Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável
Prof. George Leite Mamede

Coordenadora da Área de Humanidades e Letras
Profa. Monalisa Valente Ferreira

Coordenador da Área de Desenvolvimento Rural
Prof. Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo

Coordenador do Curso de Engenharia de Energias
Prof. Cícero Saraiva Sobrinho

Coordenadora do Curso de Letras
Profa. Ana Cristina Cunha da Silva

Coordenador do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas
Prof. Robério Américo do Carmo Souza

Coordenadora de Educação Aberta e à Distância
Profa. Maria Aparecida da Silva

Coordenador de Formação Docente
Prof. Aristeu Rosendo Pontes Lima

Coordenadora do Curso de Administração Pública
Profa. Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Coordenadora do Curso de Agronomia
Profa. Albanise Barbosa Marinho

Coordenadora do Curso de Enfermagem
Profa. Emília Soares Chaves

Coordenador do Curso de Ciências da Natureza e Matemática
Prof. José Berto Neto

Coordenadora da Biblioteca Universitária
Profa. Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne

Coordenador de Assuntos Estudantis
José Veríssimo do Nascimento

Coordenadora de Pesquisa e Pós-graduação
Maria do Socorro Moura Rufino

Coordenadora de Extensão e Ações Comunitárias
Profa. Sâmia Nagib Maluf

Coordenador de Arte e Cultura
Fernando Antonio Fontenele Leão

Unidade Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão
Pró-Reitoria de Administração
Pró-Reitora: Laura Aparecida da Silva Santos
e-mail: proad@unilab.edu.br

Organização e Elaboração
Heloísa Viana de Sousa
Contadora

Colaboração

Ana Regina Ratts Frazão
Coordenadora de Recursos Orçamentários

Andréa Gomes Linard
Coordenadora de Ensino de Graduação

Adriana de Melo Barros
Gerente da Divisão de Administração de Pessoal

Carlos Augusto Nunes Rodrigues
Coordenador de Gestão de Pessoas

Deoclécio de Freitas Oliveira
Gerente da Divisão de Transportes

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria
Gerente da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal

Francisca Sidma Ferreira de Souza
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

Francisco Iristenio Souza Cardoso
Coordenador de Serviços Operacionais

José César de Sousa Rodrigues
Coordenador de Logística

Ladislav Trupl
Coordenador de Tecnologia da Informação

Lia Militão Marreiro
Gerente da Divisão de Patrimônio

Profa. Maria Elias Soares
Vice-Reitora

Rodolfo Pereira da Silva
Gerente do Núcleo de Acesso dos Estudantes

Tathiane Lima da Silva Noronha
Gerente da Auditoria Interna

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AG – Total de alunos regularmente matriculados na graduação
AGE – Número de alunos equivalentes da graduação
AGTI – Números de alunos da graduação em tempo integral
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APG – Total de alunos na pós-graduação *stricto sensu*
APGTI – Número de alunos da pós-graduação em tempo integral
AR – Alunos de residência médica
ARTI – Números de alunos de residência médica em tempo integral
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPG – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CGU – Controladoria Geral da União
CIED – Coordenação de Infraestrutura e Desenvolvimento
COGEP – Coordenação de Gestão de Pessoas
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPR – Subsistema de Contas a Pagar e a Receber
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CSO – Coordenação de Serviços Operacionais
DAS – Direção e Assessoramento Superior
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DCF – Departamento de Contabilidade e Finanças
DE – Dedicação exclusiva
DOU – Diário Oficial da União
DPC – Duração padrão do curso
EEEP – Escola Estadual de Educação Profissional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FCPC – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GPE – Grau de Participação Estudantil
IQCD – Índice de qualificação do corpo docente
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MINTER-CAPES – Mestrado Interinstitucional em Rede da CAPES
NDI – Número de diplomados
NI – Número de alunos que ingressaram
OCI – Órgão de Controle Interno
ONU – Organização das Nações Unidas
PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PALOPs – Países de Língua Oficial Portuguesa
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano plurianual
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PROPPGE – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
RAINT – Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RP – Restos a pagar
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal
SIMEC – Sistema de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SIORG – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SPO – Secretaria de Planejamento e Orçamento
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
UFC – Universidade Federal do Ceará
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Identificação da Universidade – Relatório de Gestão Individual	12
Quadro 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da Universidade	20
Quadro 3 – Identificação da Unidade Orçamentária da Universidade	31
Quadro 4 – Classificação dos veículos por tipo de serviço utilizado	55
Quadro 5 – Quantidade de veículos por classificação	56
Quadro 6 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	62
Quadro 7 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	65
Quadro 8 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento em 2012	66
Quadro 1 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento em 2012	67
Quadro 10 – Declaração do Contador Responsável	70
Tabela 1 – Ação 125B – Implantação da Universidade Federal da Integração Internacional Luso Afro Brasileira – UNILAB – No Estado do Ceará	22
Tabela 2 – Ação 20GK – Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão – No Estado do Ceará	23
Tabela 3 – Ação 20RK – Funcionamento das Universidade Federais – No Estado do Ceará	24
Tabela 4 – Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior – No Estado do Ceará	24
Tabela 5 – Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância – No Estado do Ceará	25
Tabela 6 – Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – No Estado do Ceará	26
Tabela 7 – Ação 00IE – Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado do Ceará	26
Tabela 8 – Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional	27
Tabela 9 – Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Nacional	27
Tabela 10 – Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – No Estado do Ceará	28
Tabela 11 – Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – No Estado do Ceará	29
Tabela 12 – Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – No Estado do Ceará	29
Tabela 12 – Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados – No Estado do Ceará	30
Tabela 14 – Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União – No Estado do Ceará	30
Tabela 15 – Programação de Despesas Correntes	32
Tabela 16 – Programação de Despesas de Capital	33
Tabela 17 – Resumo da Programação de Despesas	33
Tabela 18 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	35
Tabela 19 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos originários	37
Tabela 20 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários	39
Tabela 21 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa – Créditos originários	41
Tabela 22 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação	42

Tabela 23 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação	44
Tabela 24 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação	45
Tabela 25 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores a 2012	46
Tabela 26 – Força de trabalho da Universidade – Situação apurada em 31/12	47
Tabela 27 – Situações que reduzem a força de trabalho da Universidade – Situação em 31/12	48
Tabela 28 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Universidade (Situação em 31 de dezembro de 2012)	50
Tabela 29 – Quantidade de servidores da Universidade por faixa etária - Situação apurada em 31/12	50
Tabela 30 – Quantidade de servidores da Universidade por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	51
Tabela 31 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	52
Tabela 32 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra	53
Tabela 33 – Quilômetros rodados dos veículos de representação	56
Tabela 34 – Quilômetros rodados dos veículos de serviço – transporte de pessoal	56
Tabela 35 – Quilômetros rodados dos veículos de serviço – transporte misto	57
Tabela 36 – Quilômetros rodados do veículo de serviço – transporte de cargas	57
Tabela 37 – Idade média dos veículos segundo a classificação	57
Tabela 38 – Gastos com Combustíveis – Diesel e Gasolina	57
Tabela 39 – Gestão da Tecnologia da Informação da Universidade	61
Tabela 40 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	64
Tabela 41 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da Universidade, da obrigação de entregar a DBR	68
Tabela 42 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n.º 408/2002	71
Tabela 33 – Considerações para o cálculo do número dos professores equivalentes	72
Tabela 44 – Considerações para o cálculo do número dos funcionários equivalentes	72
Tabela 45 – SESu – Áreas, Fator de Retenção e Duração Padrão	73
Tabela 46 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002	74
Tabela 47 – Pesos para o cálculo da taxa de sucesso na Graduação	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Identificação	12
1.2 Finalidade e Competências Institucionais	13
1.3 Principais Parceiros	18
2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	19
2.1 Estrutura de Governança	19
2.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	19
3 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	21
3.1 Informações sobre os Programas do PPA de Responsabilidade da Universidade	22
3.1.1 Informações sobre as ações de programas temáticos do PPA de responsabilidade da Universidade	22
3.1.2 Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da Universidade	26
3.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	31
3.2.1 Identificação da Unidade Orçamentária da Universidade	31
3.2.2 Programação de Despesas	31
3.2.2.1 Programação de Despesas Correntes	31
3.2.2.2 Programação de Despesa de Capital	32
3.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas	33
3.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa	34
3.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	36
3.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários	36
3.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	36
3.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	38
3.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação	42
3.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	42
3.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	43
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	46
4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	46
4.1.1 Pagamentos e cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores	46
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	46
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	47
5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Universidade	47
5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Universidade	48
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	49
5.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Universidade Segundo a Idade	50
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Universidade Segundo a Escolaridade	51
5.2 Terceirização de Mão-de-Obra Empregada	52
5.2.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Universidade	52
5.2.2 Informações sobre locação de mão-de-obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	52
6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	54
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	54
6.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	55
6.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Universidade	55
6.1.3 Quantidade de veículos em uso e sob responsabilidade da Universidade	55
6.1.4 Média anual de quilômetros rodados pelos veículos da Universidade	56
6.1.5 Idade média da frota de veículos	57
6.1.6 Custos associados à manutenção da frota	57

6.1.7 Estrutura de controles da frota de veículos à disposição da Universidade	58
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário	58
7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	59
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	60
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	61
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	62
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	63
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	64
9.1 Deliberações do TCU e do OCI atendidas no Exercício	65
9.1.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício	65
9.1.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	66
9.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	66
9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº. 8730/93	68
9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº. 8.730/93	68
9.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e no SICONV	69
10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	69
10.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	69
10.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	70
10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	70
11 INDICADORES DE DESEMPENHO DO TCU E PROJETOS DESENVOLVIDOS POR FUNDAÇÕES	71
11.1 Indicadores de Desempenho da Universidade nos Termos da Decisão TCU nº. 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores	71
11.2 Projeto Desenvolvido por Fundação	75
ANEXOS	76
ANEXO I	77

1 INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui uma das peças do processo de prestação de contas relativa ao exercício de 2012 da atual gestão da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) a que está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal e apresentada aos órgãos de controle interno e externo da administração pública, à comunidade universitária e ao público em geral.

O relatório incorpora e examina com destaque os aspectos mais relevantes da gestão da Unilab, de forma a possibilitar uma avaliação criteriosa dos vários programas e ações desenvolvidos pela administração central da instituição.

O formato e conteúdo deste documento seguem as orientações e os atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU), tendo por referência os seguintes instrumentos legais: a Instrução Normativa TCU nº. 63/2010, a Decisão Normativa TCU nº. 119/2012, que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar o relatório de gestão referente ao exercício de 2011, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação; e a Portaria TCU nº. 150/2012, dispondo sobre as orientações de preenchimento dos conteúdos do relatório de gestão.

Este relatório de gestão está estruturado de forma a espelhar a organização e a apresentação do conteúdo, de acordo com o roteiro do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº. 119/2012 e da Portaria TCU nº. 150/2012, ressaltando que, para o conteúdo geral deste relatório, não se aplicam alguns itens estabelecido no Anexo II, Parte A da referida decisão normativa, pois constituem fatos e/ou situações que não se verificaram na Unilab e, portanto, não são informados no presente relatório de gestão, a saber:

- a) item 1.3 (organograma funcional) – a Unilab não possui estatuto nem regimento próprio aprovado, portanto, não há organograma funcional definitivo e aprovado;
- b) item 1.4 e 1.5 (macroprocessos finalísticos e macroprocessos de apoio) – a Unilab não possui planejamento estratégico definido, portanto, ainda não definiu os macroprocessos;
- c) item 2 (planejamento estratégico, plano de metas e de ações) – a Unilab ainda está estruturando seu plano de desenvolvimento institucional;
- d) item 3.4 e 3.5 (sistema de correição) – a Unilab não possui estrutura de sistema de correição e, portanto, não ocorreram solicitações com relação aos artigos 4º e 5º da Portaria nº. 1.043/2007, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União (CGU);
- e) item 4.1.1, 4.1.2, 4.1.3 e 4.1.5 (informações sobre os programas do PPA de responsabilidade da Universidade) – a Universidade não possui responsabilidade sobre esses programas do PPA, possuindo responsabilidade apenas frente às ações;
- f) item 5.1 (informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos) – para o exercício de 2012, não houve movimentação nas contas contábeis 2.1.211.11.00, 2.1.212.11.00, 2.1.213.11.00, 2.1.215.22.00 e 2.1.219.22.00 do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e nenhuma dessas contas apresentou saldo diferente de zero no final do exercício;
- g) item 5.3 (transferência de recursos) – a Unilab não realizou transferências de recursos mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, a terceiros;
- h) item 5.4 (informações sobre a gestão de suprimento de fundos, contas Tipo B e Cartões de Crédito Corporativo (CPGF) – a Unilab não utiliza a modalidade de pagamento de suprimentos de fundos e de cartões de crédito corporativo para realizar gastos;

- i) item 5.5 (renúncias tributárias sob a gestão da Universidade) – a Unilab não possui gestão sobre nenhum tipo de incentivo ou benefício tributário caracterizado como renúncia de receitas;
- j) item 5.6 (gestão de precatórios) – a Unilab não encaminhou à fazenda pública federal precatórios pelo Poder Judiciário;
- k) item 6.1.4 (composição do quadro de servidores inativos e pensionistas) – a Unilab não possui servidores inativos e pensionistas no seu quadro de pessoal;
- l) item 6.1.5 e 6.1.6 – a unidade de gestão de pessoas da Unilab não informou as providências tomadas, pois não ocorreu casos de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos no âmbito da instituição;
- m) item 6.1.8 (indicadores gerenciais sobre recursos humanos) – a Unilab não utilizou, em 2012, indicadores para gerenciamento de recursos humanos;
- n) item 6.2.1 (informações sobre terceirização de cargos e atividades do Plano de Cargos da Universidade), item 6.2.2 (informações sobre a substituição de terceirizados em decorrência da realização de concurso público) e item 6.2.3 (autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados) – no tocante às informações sobre a terceirização de cargos e atividades do plano de cargos da Universidade e sobre os empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados, tendo em vista que a Unilab não incorreu em 2012 em nenhuma dessas situações;
- o) item 6.2.6 (composição do quadro de estagiários) – a Unilab não possui quadro de estagiários próprio, portanto, não possui contratos vigentes com estagiários;

Além desses itens, não foi demonstrada a composição do quadro de custos de pessoal, que discrimina a natureza de despesas variáveis de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos (servidor de carreira que não ocupa cargo em comissão, servidor temporário, servidor cedido com ônus ou em licença, servidor ocupante de função gratificada, dentre outros), relativas ao exercício de 2010, tendo em vista que a Unilab não dispõe de execução orçamentária neste ano. Com relação ao exercício de 2011 e 2012, os valores extraídos do SIAPE por meio de relatórios não demonstraram, de forma consistente, as despesas variáveis segregadas por tipologia de servidor.

1.1 Identificação

Quadro 1 – Identificação da Universidade – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 109912
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira			
Denominação abreviada: Unilab			
Código SIORG: 109912	Código LOA: 26442		Código SIAFI: 158565
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 12.397.930/0001-00	
Principal Atividade: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(85) 3332-1410	(85) 3332-1410	
Endereço Eletrônico: reitor@unilab.edu.br			
Página na Internet: http://www.unilab.edu.br			
Endereço Postal: Avenida da Abolição, 03, Centro, CEP: 62.970-00, Redenção-CE			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº. 12.289, de 20 de julho de 2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria MEC nº. 936, de 21 de julho de 2010, que designa o Reitor <i>pro tempore</i> da Unilab.			
Portaria MEC nº. 982, de 28 de julho de 2010, que designa A Vice-Reitora <i>pro tempore</i> da Unilab.			
Resolução nº 02/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Ciências da Natureza e Matemática, modalidade Licenciatura, da Unilab.			
Resolução nº 03/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Enfermagem, modalidade Bacharelado, da Unilab.			
Resolução nº 04/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade Bacharelado, da Unilab.			
Resolução nº 05/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Engenharia de Energias, modalidade Bacharelado, da Unilab.			
Resolução nº 06/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Agronomia, modalidade Bacharelado, da Unilab.			
Resolução nº 07/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Letras, com habilitação em Língua Espanhola e suas Literaturas, modalidade Licenciatura a Distância, da Unilab.			
Resolução nº 08/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas, modalidade Licenciatura a Distância, da Unilab.			
Resolução nº 09/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade Bacharelado a Distância, da Unilab.			
Resolução nº 10/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 13 de dezembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em Administração Pública, modalidade Bacharelado a Distância, da Unilab.			
Portaria GR nº 16, de 19 de outubro de 2010, que institui o Conselho Superior <i>pro tempore</i> .			
Portaria GR nº 111, de 28 de julho de 2011, que trata da constituição da comissão para elaboração do Projeto Estatuinte da Unilab.			
Portaria GR nº 147, de 25 de outubro de 2011, que altera o art. 3º da Portaria GR nº. 16, de 19 de outubro de 2010.			
Resolução nº. 02/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 18 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o regime de trabalho do Magistério Superior da Unilab, estabelece a carga horária de aulas dos docentes e dá outras providências.			
Resolução nº. 06/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 16 de maio de 2011, que regulamenta o funcionamento dos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , em nível de especialização, da Unilab.			
Resolução nº. 20/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 11 de novembro de 2011, que aprova a criação do Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa, modalidade licenciatura, da Unilab.			
Resolução nº 21/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 11 de novembro de 2011, que aprova a criação do Curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Unilab.			
Resolução nº 06/2012/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 15 de junho de 2012, que dispõe a criação de Pólos de Apoio Presencial para Educação a Distância na Unilab.			
Resolução nº 09/2012/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 29 de agosto de 2012, que aprova a criação do curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , em nível de especialização, em Saúde da Família, modalidade a distância, da Unilab.			
Resolução nº 11/2012/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 06 de dezembro de 2012, que altera e inclui dispositivos da Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2010, que aprova a criação do Curso de Graduação em			

Administração Pública, modalidade a distância, da Unilab.	
Resolução nº 13/2012/CONSELHO SUPERIOR <i>PRO TEMPORE</i> , de 17 de dezembro de 2012, que institui o Conselho Gestor do pólo de apoio presencial de Redenção, da Unilab.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

Fonte: SIORG (2012), SIAFI (2012).

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) foi criada por meio da Lei nº. 12.289, de 20 de julho de 2010, tem natureza jurídica de autarquia, integra a rede federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Redenção, no Estado do Ceará, conforme artigo 1º desta Lei.

A Unilab nasceu baseada nos princípios de cooperação solidária. Em parceria com outros países, principalmente africanos, a Unilab desenvolve formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, formando cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado.

São milhares de pessoas envolvidas entre estudantes, técnicos, docentes e colaboradores. Uma oportunidade de aproximar o interior do nordeste brasileiro a uma educação avançada. Foram mais de 3 mil inscritos no primeiro processo seletivo, realizado em 2011.

“Nenhum tema é tão capaz de unir e transformar um país quanto a educação”, ressaltou o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, durante aula magna realizada em Maputo-Moçambique. E, em comum acordo com os países parceiros, tornou a ideia em realidade: a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em outubro 2008, criou-se a Comissão de Implantação da Unilab (instituída pela secretária de educação superior) que, ao longo de dois anos fez levantamentos e estudos a respeito de temas e problemas comuns ao Brasil e países parceiros nessa integração. Levantou atividades para o planejamento institucional, preparou a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças etc.

Durante esse período foram realizadas incansáveis reuniões, debates e parcerias importantes, tanto no Brasil como no exterior, pelos membros da comissão. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo. Foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais, relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social.

Em 20 de julho de 2010, o Presidente da República sancionou a Lei nº. 12.289 instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal. Após a nomeação do Reitor *Pro Tempore* Paulo Speller, os trabalhos da comissão foram encerrados.

“É o Brasil assumindo a sua grandeza, assumindo a condição de um país que, a vida inteira, foi receptor e, agora, é um país doador. Nós queremos ajudar os outros a se desenvolverem”, disse Lula, em seu programa semanal Café com o Presidente ainda em julho de 2010.

A sintonia dos objetivos pautados em busca desta redenção encontrou concordância com a cidade de mesmo nome no interior do Ceará, pioneira na abolição da escravatura em 1883. Localizada a 63Km da capital cearense, a criação do *campus* em Redenção representou bem a proposta da Unilab: integrar para desenvolver.

A Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional, conforme definição do artigo 2º da Lei nº. 12.289/10 (BRASIL, 2010).

Conforme definido em Lei, os cursos da Unilab serão ministrados, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo a formação de professores, o desenvolvimento agrário, a gestão, a saúde pública e as demais áreas consideradas estratégicas (BRASIL, 2010).

A instalação da Unilab na cidade de Redenção, no Estado do Ceará, marco nacional por seu pioneirismo na libertação de escravos, não representa apenas o atendimento das metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em seu objetivo de promover o desenvolvimento de regiões ainda carentes de instituições de educação superior no país – como é o caso do Maciço do Baturité, onde está instalada. Aponta também para um encontro da nacionalidade brasileira com sua história, à medida que tem por foco tornar-se um centro de pesquisa e formação de jovens brasileiros em interação com estudantes de países onde também se fala a língua portuguesa.

A Unilab está inserida, portanto, no contexto de internacionalização da educação superior, atendendo à política do governo brasileiro de incentivar a criação de instituições federais capazes de promover a cooperação Sul-Sul, com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. Atuando na perspectiva da cooperação solidária, a Universidade valoriza e apoia o potencial de colaboração e aprendizagem entre países, como parte do crescente esforço brasileiro em assumir compromissos com a integração internacional no campo da educação superior.

A Unilab tem como missão produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

Para tanto, a Unilab tem como objetivo geral promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e outros países africanos visando ao desenvolvimento econômico e social.

Os objetivos específicos da Unilab são:

- a) atuar em áreas estratégicas que permitam a produção de conhecimento e a formação de estudantes brasileiros e de países de expressão em língua portuguesa comprometidos com o projeto de cooperação solidária Sul-Sul;
- b) promover mobilidade acadêmica e intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais) em todas as áreas do saber, ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;
- c) incorporar às práticas docentes e acadêmicas uma visão epistemológica coerente com a complexidade dos saberes (formais e informais, científicos e tradicionais) e promotora da integração de atividades artísticas, culturais e esportivas no processo formativo;
- d) desenvolver recursos pedagógicos e metodologias que permitam a apropriação, por docentes e estudantes, das tecnologias da informação e da comunicação em todas as atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão;
- e) adotar princípios de gestão que assegurem organização e estrutura acadêmica democráticas e integradoras das diversas áreas do conhecimento.

Dados a missão e os objetivos da Unilab e tendo em vista potencializar a interação acadêmica na perspectiva da cooperação solidária, foram definidas as áreas e os temas de importância estratégica para o desenvolvimento da Universidade, por meio do levantamento realizado sobre temas e problemas comuns ao Brasil e aos países parceiros, sobretudo os africanos, com base em estudos elaborados por consultores, em viagens de trabalho e, ainda, em apresentações e debates sobre a Unilab no Brasil e no exterior. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo, em especial, nos países africanos.

É importante lembrar que, neste processo de prospecção, foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais e relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social. Como resultado, foram identificadas como áreas com prioridade de atuação da Universidade:

- a) agricultura: a produção de alimentos de forma ecológica e socialmente sustentável, bem como sua distribuição, é estratégica em todo mundo, mas especialmente nos países africanos onde, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), está concentrada a maior parte da população mundial em situação de precariedade alimentar;
- b) saúde coletiva: a promoção da saúde coletiva e a formação de pessoal para Programas Comunitários de Saúde são indicadores mundiais de desenvolvimento humano. No Brasil e em países parceiros do projeto da Unilab, mostrou-se fundamental promover formação básica nesta área, com atenção à sanidade humana e animal;
- c) educação básica: o domínio da leitura, escrita e operações matemáticas é determinante na promoção da cidadania. Sendo assim, na Unilab a formação de professores de educação básica terá prioridade, sendo realizada segundo princípios e em ambiente de respeito às diversidades (étnica, religiosa, de gênero etc.), ao pluriculturalismo e ao multilinguismo, e com vistas à promoção da arte e da cultura dos países;
- d) gestão pública: o histórico dos países envolvidos no projeto da Unilab indica a importância de desenvolver e fortalecer, em diversas áreas, conhecimentos e estratégias de organização e promoção da gestão pública, disseminando mecanismos de participação democrática, transparência de gestão e inclusão social;
- e) tecnologias e desenvolvimento sustentável: a formação de pessoas para conceber, projetar e desenvolver infraestrutura tecnológica para o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista as características e os recursos existentes em cada país/região, é fundamental para todas as nações que buscam autonomia na produção de itens básicos de sobrevivência da sua população.

Dessa forma, a Unilab organiza suas atividades de ensino, pesquisa e extensão comunitária nas áreas destacadas acima, promovendo-as em plena integração com as demandas de formação e produção de conhecimento dos países envolvidos.

A Unilab tem a missão de formar profissionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, assim, contribuir para a cooperação solidária entre o Brasil e as demais nações lusófonas, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico dos espaços de atuação, notadamente do Maciço de Baturité, no Estado do Ceará – Brasil, onde a universidade está sediada.

Os cursos ofertados pela Unilab atendem às demandas prioritárias dos públicos atendidos pela Universidade. Atualmente, a instituição oferece oito cursos de Graduação (Agronomia, Administração Pública, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem, Engenharia de Energias e Letras), sendo sete na modalidade presencial e um na modalidade a distância, e cinco cursos de Especialização (Gestão Governamental, Histórias e Culturas Afro-brasileira, Indígena e Africana, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde), sendo dois na modalidade presencial e três na modalidade a distância.

As atividades acadêmicas se concentram em três *campi*: *Campus* da Liberdade (Redenção/CE), *Campus* dos Palmares (Acarape/CE) e *Campus* São Francisco do Conde (São Francisco do Conde/BA).

Para os cursos ofertados pela educação a distância, existem pólos de apoio presencial em Redenção e São Francisco Do Conde e os pólos parceiros em Aracati, Aracoiaba, Limoeiro do Norte e Piquet Carneiro.

As diretrizes de criação da Unilab, no que tange à política de pesquisa e pós-graduação, apontam para os princípios de:

- a) desenvolvimento da pesquisa como base da formação acadêmica em todos os níveis;
- b) produção de conhecimento comprometida com as demandas sociais;
- c) valorização e uso de ferramentas/ inovações tecnológicas em consonância com o contexto social e político;
- d) cooperação solidária.

A política de pesquisa e pós-graduação será orientada, portanto, a contribuir com o desenvolvimento científico-tecnológico e social dos países parceiros por meio da formação em pesquisa e produção de conhecimento nas áreas consideradas estratégicas, atendendo aos interesses da região do Maciço e dos países e instituições parceiras e em atenção às suas demandas sociais e respeito ao meio ambiente.

Assim, na Unilab, pesquisa e pós-graduação devem ter como principal referencial de qualidade a capacidade de formar profissionais e produzir conhecimento com relevância social. A chamada “excelência acadêmica” se mostrará e confirmará à medida que realizada com pertinência social, produzindo a ciência, a tecnologia e as inovações necessárias ao desenvolvimento humano, econômico e social dos países parceiros.

Nessa perspectiva, é fundamental o conceito de cooperação solidária. Pois a formação de pessoas qualificadas, o intercâmbio de docentes e discentes, os trabalhos em rede por meio de convênios internacionais, dentre outras atividades características de uma instituição acadêmica de alto nível, serão construídos pelo esforço conjunto dos países participantes dos projetos e terão por mérito propiciar benefícios a todos, atingindo o objetivo de fazer ciência e tecnologia conforme demandas específicas.

Visando a estabelecer práticas e metodologias capazes de atender a este desafio, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- a) inserção, no currículo, de debates sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade como forma de incentivo à cultura e produção do conhecimento científico em perspectiva crítica;
- b) criação de programas de apoio à prática da pesquisa, valorizando-a como parte vital da formação de profissionais aptos a propor soluções alternativas e criativas em face das demandas de transformação social;
- c) promoção e estímulo à criação de programas de formação de pesquisa (em todos os níveis) e à realização de projetos investigativos de natureza interdisciplinar, interinstitucional e internacional;
- d) desenvolvimento de programas de pós-graduação e projetos de pesquisa voltados ao contexto e demandas de produção de conhecimento nos países lusófonos, especialmente entre África e Brasil, geradores de processos e produtos tecnológicos com respeito ao desenvolvimento sustentável;
- e) desenvolvimento de linhas de pesquisa que privilegiem estudos comparativos, em particular entre Brasil e África;
- f) criação de bases de dados e núcleos de estudos que, voltados a temas estratégicos para a promoção do desenvolvimento técnico-científico e cultural, promovam e potencializem trocas de informações e a criação de redes de pesquisadores, otimizando e/ou transferindo resultados aplicáveis a realidades sociais, culturais e econômicas específicas e articuladas ao desenvolvimento regional;
- g) realização de eventos técnicos, científicos e culturais que alimentem um ambiente de formação e debate crítico sobre a inovação tecnológica e sociedade;
- h) criação de uma estrutura que viabilize a obtenção dos meios/recursos físicos e materiais necessários ao desenvolvimento da atividade investigativa, desde a manutenção da infraestrutura à prospecção de recursos em agências e organismos internacionais.

No âmbito da política de pesquisa e pós-graduação da Unilab cabe ressaltar que a política de formação em programas *stricto sensu* e *lato sensu* tem por objetivos:

- a) formar pesquisadores altamente qualificados para suprir demandas de pessoal e desenvolvimento tecnológico dos países lusófonos;
- b) formar redes de pesquisa, em todos os países, que se tornem referência na discussão e produção de conhecimento relevante nas áreas e temas considerados estratégicos.

A política de pós-graduação a ser construída nos primeiros anos de implantação da Universidade terá por objetivo criar, a partir de cooperação acadêmica no país (mestrados e doutorados interinstitucionais), cursos e programas de pesquisa nas áreas estratégicas. Estes devem auxiliar na geração de pessoal qualificado e capacitado a potencializar a cooperação docente e discente com os países de língua portuguesa, bem como a gerar núcleos e grupos de pesquisa nas áreas estratégicas.

Neste sentido, cabe destacar que está em andamento, na Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES), proposta de criação de uma rede de instituições de ensino superior brasileiras cujos programas de pós-graduação tenham condições de ofertar cursos na modalidade Mestrado Interinstitucional em Rede (MINTER-CAPES). Caberá à Unilab elaborar e coordenar o projeto desta rede, cujo propósito será formar, prioritariamente, estudantes dos países parceiros nas áreas estratégicas de cooperação solidária.

1.3 Principais Parceiros

Um dos propósitos da Unilab é formar pessoas aptas para contribuir para a integração do Brasil com os países da África, em especial com os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da região. Esta integração se realizará pela composição de corpo docente e discente proveniente não só das várias regiões do Brasil, mas também de outros países e do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

Outro ponto de fundamental importância é a questão da lusofonia. Cinco países da África foram colônias portuguesas e usam o português como língua oficial: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Completam a lista dos oito países que compõe o contexto lusófono o Brasil, Portugal e Timor-Leste.

A lusofonia é ampliada quando incluímos certas regiões descobertas pelos portugueses em que, ainda hoje têm um apego à língua e cultura portuguesas: Goa, Damão, Diu e Macau, assim como o Gabão, o Benim, o Sri Lanka (antigo Ceilão). Há que se destacar, também as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e dois espaços distintos, Galiza e Olivença, que podem, legitimamente, integrar o mundo lusófono.

A Lusofonia é uma proposta que tem como base comum a língua portuguesa. Mas ela vai mais longe e se constitui em um espaço que inclui as questões sociais, econômicas e de estratégia geopolítica. A Lusofonia pode se constituir em um instrumento que seja capaz de dar maior projeção e visibilidade para os países que a integram.

Assim, a Unilab deverá oferecer condições para que a oferta de ensino alcance o continente africano que é o segundo continente mais populoso do planeta e o terceiro continente mais extenso. Tem mais de 30 milhões de km², cobrindo 20,3 % da área total da terra firme e mais de 800 milhões de habitantes em mais de 50 países, representando cerca de um sétimo da população do mundo.

2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Este item do relatório de gestão apresenta a estrutura de governança e de autocontrole da gestão da Universidade, explicitando os mecanismos e os controles internos adotados para garantir o alcance dos objetivos planejados, a estrutura orgânica de governança. A informação está organizada em 3 subitens, contendo o objetivo específico e estruturação distinta, conforme detalhamento a seguir.

2.1 Estrutura de Governança

Este subitem tem por objetivo apresentar as informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da Universidade, descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

A Unilab possui, em sua estrutura orgânica de controle, uma unidade de auditoria interna, criada através da Portaria GR nº. 528, de 18 de dezembro de 2012, ligada diretamente à Reitoria, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo.

A unidade de auditoria interna se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram de forma a proporcionar a qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria.

Dentre suas atribuições, cabe à auditoria interna elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do exercício seguinte, bem como, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), que serão encaminhados ao órgão ou à unidade de controle interno que a Universidade estar integrada, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa nº. 01, de 03 de janeiro de 2007, combinada com a Instrução Normativa nº. 07, de 29 de dezembro de 2006.

As bases normativas para os trabalhos da unidade de auditoria interna da Unilab são o Decreto nº. 3.591, de 06 de setembro de 2000, a Instrução Normativa MF/SFC nº. 01, de 06 de abril de 2000, e demais legislações aplicáveis.

2.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Este subitem tem por objetivo apresentar as informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Universidade, contemplando o ambiente de controle, a avaliação de risco, os procedimentos de controle, a informação e a comunicação e o monitoramento.

Essas informações visam demonstrar a percepção da própria Universidade, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos da Universidade, principalmente quanto à suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência (*compliance*) às leis e aos regulamentos que a regem; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados.

Para fins de atendimento deste subitem, consideram-se controles internos o conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos interligados, utilizado com vistas a

assegurar a conformidade dos atos de gestão e a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidos para a unidade sejam alcançados, conforme definido no inciso X do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010.

A informação está estruturada conforme o Quadro 2 a seguir, que contém diversas afirmativas classificadas em cinco elementos do sistema de controles internos da Universidade que se pretende avaliar: ambiente de controle; avaliação de riscos; procedimentos de controle; informação; comunicação e monitoramento.

Quadro 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da Universidade

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: A entidade não possui um sistema de controle interno, contando com a auditoria interna, que possui ações de natureza preventiva e de detecção, e, assim, contribui para o aprimoramento dos controles internos administrativos de cada unidade dentro da Universidade.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Gabinete da Reitoria (2012).

3 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este item do relatório de gestão tem por objetivo apresentar os resultados orçamentários, físicos e financeiros alcançados pela gestão relativamente às ações dos programas do PPA de responsabilidade da Universidade.

As informações desse item estão apresentadas em dois grupos principais de informações, o primeiro, sobre ações dos programas do PPA de responsabilidade da Universidade e, o segundo, sobre a execução orçamentária e financeira da despesa, perpassando os seguintes aspectos:

- a) relação das ações da Lei Orçamentária Anual de 2012 que estão integral ou parcialmente na responsabilidade da Universidade, especificando a função, a subfunção e o programa de vinculação da ação; as metas e os desempenhos físicos e financeiros; os reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações e o reflexo dos restos a pagar na execução das ações;

- b) demonstrac o e análise do desempenho da Universidade na execu o orçamentária e financeira, contemplando a identifica o da unidade orçamentária (UO), a programac o orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência e a movimentac o de créditos interna e externa, a execu o das despesas por modalidade de licita o e por elementos de despesa.

3.1 Informações sobre os Programas do PPA de Responsabilidade da Universidade

Este item contempla as informações sobre os programas de governo sob a responsabilidade da Universidade, notadamente no que diz respeito aos seguintes aspectos:

- a) informações sobre as ações vinculadas a programas temáticos do PPA sob responsabilidade da Universidade;
- b) informações sobre as ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviço ao estado, constantes no PPA, sob responsabilidade da Universidade.

3.1.1 Informações sobre as ações de programas temáticos do PPA de responsabilidade da Universidade

Conforme consulta feita por meio da LOA de 2012 e no SIAFI Gerencial, a Universidade possui 5 ações sob sua responsabilidade que compõe o programa temático de governo 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, constante do PPA, em 2012, e estão apresentadas nas Tabelas a seguir.

Identificação da Ação							
Código		125B					
Descrição		Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira – UNILAB – No Estado do Ceará					
Iniciativa		Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira - UNILAB - No Estado do Ceará					
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará					
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
27.864.942,00	32.414.942,00	31.864.942,00	645.218,35	0,00	31.219.723,65	645.218,35	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vaga Disponibilizada		Unid.	680	1008	27.864.942,00	31.864.942,00

Tabela 1 – A  o 125B – Implantação da Universidade Federal da Integração Luso Afro Brasileira – UNILAB – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012) e PROGRAD (2012).

A finalidade da ação 125B, constante da LOA de 2012, conforme cadastro de ações orçamentárias da Secretaria de Orçamento Federal (SOF),   viabilizar a implantação da Unilab, cujo projeto visa   criação de uma instituição que se apresente como instância articuladora das relações acad mico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias que intensifiquem o intercâmbio com instituições do exterior e que contribua na inserção do sistema de ensino superior brasileiro no cenário internacional.

Na qualidade de agente propulsor das atividades de cooperação internacional com os países da África, em especial os países de língua oficial portuguesa (PALOPs), a Unilab terá a responsabilidade de propor, implementar e acompanhar acordos, convênios e programas de cooperação internacional, bem como divulgar as oportunidades de mobilidade acadêmica entre Brasil e os demais países da CPLP e da África.

Portanto, a ação 125B evidencia o apoio financeiro da União para criação de entidade integrante do sistema federal de ensino superior, na construção da infraestrutura e das edificações, projetos de arquitetura e engenharia, licitações para contratação de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como, para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessária à efetiva implantação da Universidade.

A implementação está sendo realizada por intermédio da Universidade tutora, que é a Universidade Federal do Ceará (UFC), a qual se responsabilizará por todas as atividades pertinentes à consolidação desta ação, no âmbito do Estado do Ceará. Conforme informações da SOF, a data de início da ação se deu em 30 de setembro de 2009 e a previsão da data de término é 31 de dezembro de 2014 com custo total de R\$ 117.862.592,00 e meta física de 1.650 vagas disponibilizadas.

Ao analisar a Tabela 1, verifica-se que a dotação inicial foi suplementada em R\$ 4.550.000,00, o que proporcionou uma dotação atualizada de R\$ 32.414.942,00, em que R\$ 31.864.942,00 (98%) foi empenhado, ficando a sua maior parte em restos a pagar não-processados. Da meta física prevista de disponibilizar 680 vagas, pode-se destacar que houve uma extrapolação da meta, pois até o final de 2012, a Universidade disponibilizou e preencheu 1008 vagas, por meio da matrícula regular de estudantes de graduação.

Identificação da Ação						
Código		20GK				
Descrição		Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão – No Estado do Ceará				
Iniciativa		Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000,00	1.200.000,00	792.139,99	0,00	0,00	792.139,99	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto Apoiado	Unid.	25		1.200.000,00	792.139,99

Tabela 2 – Ação 20GK – Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão – No Estado do Ceará
Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

A finalidade da ação 20GK, conforme o cadastro da SOF, é oportunizar ao aluno universitário a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Assim como, melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação das universidades mediante a formação de grupos tutoriais de alunos visando otimizar o potencial acadêmico dos estudantes e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional.

Portanto, a ação 20GK busca viabilizar os desenvolvimentos de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária e de atendimentos às comunidades como: implementação

de ações educativas e culturais, manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento, e demais atividades inerentes às ações de ensino pesquisa e extensão; formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, sob a orientação de docente que possua título de doutor; realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão.

Ao analisar a Tabela 2, verifica-se que da dotação inicial de R\$ 1.200.000,00 foi empenhada R\$ 792.139,99 (66%), ficando todo esse valor em restos a pagar não-processados.

Identificação da Ação						
Código		20RK				
Descrição		Funcionamento das Universidades Federais – No Estado do Ceará				
Iniciativa		Funcionamento das Universidades Federais – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.697.058,00	14.718.163,00	9.875.176,03	4.685.367,52	1.517,00	5.189.808,51	4.683.850,52
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	Unid.	680	1008	16.697.058,00	9.875.176,03

Tabela 4 – Ação 20RK – Funcionamento das Universidades Federais – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012) e PROGRAD (2012).

A finalidade da ação 20RK é garantir o funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a fim de formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

Para tanto, a ação 20RK visa assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos nas IFES, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição de material bibliográfico e promover subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como as demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Ao analisar a Tabela 3, verifica-se que da dotação final de R\$ 14.718.163,00, apenas R\$ 9.875.176,03 (67%) foi empenhado, ficando a sua maior parte em restos a pagar não-processados (R\$ 5.189.808,51). Da meta física prevista de disponibilizar 680 vagas, pode-se destacar que houve uma extrapolação da meta, pois até o final de 2012, a Universidade disponibilizou e preencheu 1008 vagas, por meio da matrícula regular de estudantes de graduação.

Identificação da Ação	
Código	4002
Descrição	Assistência ao Estudante de Ensino Superior – No Estado do Ceará
Iniciativa	Assistência ao Estudante de Ensino Superior – No Estado do Ceará
Unidade Responsável	Universidade Federal do Ceará
Unidade Orçamentária	26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.000.000,00	3.450.000,00	1.466.092,93	1.229.407,37	0,00	236.685,56	1.229.407,37
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno assistido	Unid.	680	486	5.000.000,00	1.466.092,93

Tabela 4 – Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012) e CAE (2012).

A finalidade da ação 4002 é promover a permanência do estudante em nível de graduação, evitando a evasão e a retenção nas universidades, por meio de ações que contemplem os estudantes do ensino superior, inclusive estrangeiros, e o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições de ensino superior.

Para tanto, a ação 4002 proporciona o apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pela Universidade que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de populações específicas, tais como, do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Notadamente, com relação ao fornecimento ou auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior, tais como a concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior.

Ao analisar a Tabela 4, verifica-se que houve um cancelamento de R\$ 1.550.000,00 da dotação inicialmente prevista para esta ação, pois notou-se que não seria possível utilizar todo o orçamento disponível e foi feito remanejamento para a ação 125B que necessitava de suplementação orçamentária de despesas de capital para subsidiar as licitações de obras. Verifica-se que da dotação final de R\$ 3.450.000,00, apenas R\$ 1.466.092,93 (42%) foi empenhado, ficando apenas R\$ 236.685,56 em restos a pagar não-processados. Da meta física prevista de disponibilizar 680 vagas, pode-se destacar que houve a concessão de auxílios a 486 estudantes por meio dos editais de seleção da Coordenação de Assuntos Estudantis.

Identificação da Ação						
Código		6328				
Descrição		Universidade Aberta e a Distância – No Estado do Ceará				
Iniciativa		Universidade Aberta e a Distância – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vaga disponibilizada	Unid.	80	0	100.000,00	0,00

Tabela 5 – Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

A ação 6328 possui a finalidade de ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas na modalidade de educação a distância, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada. Para tanto, visa subsidiar a elaboração, implantação e desenvolvimento de cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância, com implantação de pólos regionais ou diretamente; aquisição e instalação de equipamentos e de redes; capacitação de docentes e pessoal envolvidos com os cursos; criação de currículos específicos, conteúdos, material instrucional e metodologias de ensino a distância.

Como o cursos promovidos na modalidade a distância da Unilab tiveram sua implantação em 2012, mas os cursos somente iniciaram em 2013, as pequenas despesas ocorreram pela ação 20RK e não pela ação 6328.

3.1.2 Informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da Universidade

Conforme consulta feita por meio da LOA de 2012 e no SIAFI Gerencial, a Universidade possui 9 ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado de Responsabilidade da Universidade, constante do PPA, em 2012, e estão apresentadas nas Tabelas a seguir.

Identificação da Ação						
Código		0181				
Descrição		Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
51.998,00	51.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Tabela 6 – Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

A ação 0181 tem por finalidade garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio. A Unilab não possui servidores inativos e pensionistas.

Identificação da Ação						
Código		00IE				
Descrição		Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
24.000,00						

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Tabela 7 – Ação 00IE – Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

A ação 00IE é uma operação especial que tem como finalidade contribuir financeiramente com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), para o intercâmbio de informações e políticas voltadas para a educação. A contribuição visa garantir a participação das Universidades na ANDIFES, representante oficial das IFES na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

Identificação da Ação						
Código		09HB				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
799.998,00	1.510.108,00	1.420.687,56	1.420.687,56	0,00	0,00	1.420.687,56
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Tabela 8 – Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional

Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

A ação 09HB é uma operação especial que tem por finalidade assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004.

Da Tabela 8 verifica-se que a dotação inicial de R\$ 799.998,00 foi suplementada em R\$ 710.110,00, tendo em vista que houve aumento no quadro de servidores, decorrente da admissão por meio de concurso público. Portanto, em 2012, foram executados R\$ 1.420.687,56.

Identificação da Ação						
Código		4572				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Nacional				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
150.000,00	150.000,00	32.490,00	29.600,00	0,00	2.890,00	29.600,00
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor capacitado	Unid.	100	20	150.000,00	32.490,00

Tabela 9 – Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Nacional

Fonte: SIAFI Gerencial (2012) e COGEP (2012).

A ação 4572 tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Para tanto, tem por objetivo a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Ao analisar a Tabela 9, verifica-se que da dotação inicial de R\$ 150.000,00, apenas foram empenhados R\$ 32.490,00 (22%), em que apenas R\$ 2.890,00 ficou em restos a pagar não-processados. Justifica-se a baixa execução orçamentária dessa ação devido à ocorrência de apenas um curso de capacitação em que houve a participação de 20 servidores e a ocorrência de pagamento de algumas taxas de inscrições em treinamento, as demais despesas com capacitação e treinamento ocorreram pela ação 20RK.

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
60.000,00	97.652,00	96.557,00	96.557,00	0,00	0,00	96.557,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	Unid.	53	75	97.652,00	96.557,00

Tabela 10 – Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012) e SIAPE (2012).

A ação 4002 tem por finalidade proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, em caráter suplementar, condições para manutenção da saúde física e mental, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). Para tanto, subsidia a concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Ao analisar a Tabela 10, verifica-se que a dotação inicial foi suplementada em R\$ 37.652,00, devido à admissão de novos servidores por meio de concurso público. Portanto, foram executados R\$ 96.557,00 e a meta prevista foi extrapolada, beneficiando 75 servidores.

Identificação da Ação							
Código		20CW					
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – No Estado do Ceará					
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará					
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
51.480,00	51.480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado		Unid.	286	0	0,00	0,00

Tabela 11 – Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012) e SIAPE (2012).

A ação 20CW tem por finalidade proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais. Para tanto, serve para subsidiar a realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão. A Unilab não realizou nenhuma atividade relacionada a essa ação em 2012.

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
156.000,00	416.651,00	415.846,10	415.846,10	0,00	0,00	415.846,10
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	Unid.	43	154	156.000,00	415.846,10

Tabela 12 – Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – No Estado do Ceará

Fonte: SIAFI Gerencial (2012) e SIAPE (2012).

A ação 2012 tem por finalidade proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado ou por meio de manutenção de refeitório.

Ao analisar a Tabela 12, verifica-se que a dotação inicial foi suplementada em R\$ 260.651,00, devido à admissão de novos servidores por meio de concurso público. Portanto, foram executados R\$ 415.846,10, sendo 154 servidores beneficiados.

Identificação da Ação						
Código		2011				
Descrição		Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
12.000,00	104.905,00	98.458,04	98.458,04	0,00	0,00	98.458,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Servidor beneficiado	Unid.	6	51	12.000,00	98.458,04

Tabela 15 – Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados – No Estado do Ceará
Fonte: SIAFI Gerencial (2012) e SIAPE (2012).

A ação 2011 tem por finalidade propiciar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.

Ao analisar a Tabela 13, verifica-se que a dotação inicial foi suplementada em R\$ 92.905,00, devido à admissão de novos servidores por meio de concurso público. Portanto, foram executados R\$ 98.548,04, sendo 51 servidores beneficiados.

Identificação da Ação						
Código		20TP				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União – No Estado do Ceará				
Unidade Responsável		Universidade Federal do Ceará				
Unidade Orçamentária		26442 – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
16.404.756,00	11.404.756,00	9.490.684,87	9.490.684,87	0,00	0,00	9.490.684,87
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Tabela 14 – Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União – No Estado do Ceará
Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

A ação 20TP tem por finalidade garantir o pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União. Ao analisar a Tabela 14, verifica-se que foram executados R\$ 9.490.684,87.

3.2 Informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Este item traz um grupo de demonstrativos que compreende as informações sobre a identificação da unidade orçamentária, a programação orçamentária da Universidade, demonstradas separadamente, a saber: programação de despesas correntes; programação de despesas de capital; resumo da programação de despesas; reserva de contingência e análise crítica da programação orçamentária.

Este item contempla também as informações sobre a movimentação de crédito interna e externa e a execução orçamentária da despesa da Universidade, demonstradas separadamente, a saber: execução de despesas com créditos originários e com créditos recebidos por movimentação, ambas por modalidade de contratação e por grupo e elemento de despesa; e análise crítica da execução orçamentária e dos indicadores de desempenho orçamentário e financeiro.

3.2.1 Identificação da Unidade Orçamentária da Universidade

Essas informações referem-se à Unidade Orçamentária (UO) que recebe os créditos orçamentários que compõem o Relatório de Gestão, conforme identificada no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Identificação da Unidade Orçamentária da Universidade

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	26442	158565

Fonte: SIAFI (2012).

Como pode-se observar do Quadro 3, a Unilab possui apenas uma unidade orçamentária (26442) vinculada a única unidade gestora orçamentária (158565).

3.2.2 Programação de Despesas

Este item apresenta um grupo de demonstrativos que compreende as informações sobre a programação orçamentária da Universidade, demonstradas em três quadros, a saber: programação de despesas correntes; programação de despesas de capital; quadro resumo da programação da despesa e da reserva de contingência e análise crítica da programação orçamentária, conforme indicado em subitem a seguir.

3.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Para apresentação das informações referentes à programação de despesas correntes da Unilab, em 2012, a tabela 15, a seguir, está organizada em 3 (três) colunas duplas, que contemplam os 3 (três) grupos de despesa que compõem a categoria econômica das “despesas correntes”, englobando os valores orçados para as despesas relativas ao pagamento de pessoal e encargos sociais, aos juros e encargos da dívida e às outras despesas correntes. Cada grupo de despesa corrente foi segmentado nos exercícios de 2011 e 2012.

As linhas da tabela 15, por sua vez, estão divididas em 3 (três) grupos de informação, a saber:

- a) LOA – compreendendo a dotação proposta pela UO, Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada;

- b) Créditos – compostos pelos créditos suplementares, especiais abertos e especiais reabertos, extraordinários abertos e extraordinários reabertos e créditos cancelados;
- c) Outras operações.

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes (Valores em R\$ 1,00)					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
					Exercícios			
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
2012		2011		2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		17.256.752,00	17.250.000,00			16.037.538,00	19.432.424,55
	PLOA		17.256.752,00	17.250.000,00			16.037.538,00	20.437.355,00
	LOA		17.256.752,00	17.250.000,00			16.037.538,00	20.437.355,00
CRÉDITOS	Suplementares		710.110,00				1.412.313,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		-5.000.000,00	-8.000.000,00			-4.550.000,00	-1.029.342,00
Outras Operações								
Total			12.966.862,00	9.250.000,00		-	12.899.851,00	19.408.013,00

Tabela 15 – Programação de Despesas Correntes

Fonte: SIAFI Gerencial (2011 e 2012).

Da análise da tabela 15, pode-se verificar que a programação orçamentária proposta pela Universidade, o Projeto de LOA (PLOA) e a própria LOA aprovada, em relação às despesas correntes (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes), apresentaram os mesmos valores.

Pode-se afirmar também que os créditos orçados foram suficientes para cobrir a demanda do exercício de 2012, nessas categorias econômicas, havendo, inclusive, sobra de orçamento que ensejou o cancelamento de créditos pela setorial orçamentária do Ministério da Educação, no valor de R\$ 5.000.000,00, para as despesas de pessoal e encargos sociais, e de R\$ 4.550.000,00 para as outras despesas correntes, com a finalidade de atender à demanda da Universidade em despesas de capital, conforme demonstrado a seguir.

3.2.2.2 Programação de Despesa de Capital

Para apresentação das informações referentes à programação de despesas de capital da Unilab, em 2012, a tabela 16, a seguir, está organizada em 3 (três) colunas duplas, que contemplam os 3 (três) grupos de despesas componentes da categoria econômica das “despesas de capital”, englobando os valores orçados relativos ao pagamento de investimentos, às inversões financeiras e à amortização da dívida. Cada grupo de despesa de capital foi segmentado nos exercícios de 2011 e 2012.

As linhas da tabela 16, por sua vez, estão divididas em 3 (três) grupos de informação, a saber:

- a) LOA – compreendendo a dotação proposta pela UO, Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada;

- b) Créditos – compostos pelos créditos suplementares, especiais abertos e especiais reabertos, extraordinários abertos e extraordinários reabertos e créditos cancelados; e,
c) Outras operações.

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital (Valores em R\$ 1,00)					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		35.289.942,00	77.800.000,00				
	PLOA		35.289.942,00	77.800.000,00				
	LOA		35.289.942,00	32.500.000,00				
CRÉDITOS	Suplementares		4.550.000,00					
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	22.224.535,00					
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			62.064.477,00	32.500.000,00	-	-	-	-

Tabela 16 – Programação de Despesas de Capital

Fonte: SIAFI Gerencial (2011 e 2012).

Da análise da tabela 16, pode-se verificar que a dotação orçamentária proposta pela Universidade, o Projeto de LOA (PLOA) e a própria LOA aprovada, em relação às despesas de capital relativas aos investimentos, apresentaram os mesmos valores. Durante o exercício de 2012, ainda ocorreu uma suplementação de créditos no valor R\$ 4.550.000,00, decorrente de cancelamento de créditos de despesas correntes, para remanejar os valores de modo a subsidiar as despesas de capital, principalmente com relação às obras de construção do Campus das Auroras, a reforma do Campus dos Palmares e a aquisição de uma fazenda experimental no município de Redenção.

3.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas

A tabela 17, a seguir, evidencia um resumo dos 2 (dois) demonstrativos anteriores (tabela 15 e 16), evidenciando o montante das despesas correntes e de capital programadas em 2012, denominado Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.

(Valores em R\$ 1,00)							
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência
			Exercícios		Exercícios		Exercícios
			2012	2011	2012	2011	2012 2011
LOA	Dotação proposta pela UO		33.294.290,00	37.687.355,00	35.289.942,00		
	PLOA		33.294.290,00	37.687.355,00	35.289.942,00	32.000.000,00	
	LOA		33.294.290,00	37.687.355,00	35.289.942,00		

						32.500.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		2.122.423,00		4.550.000,00			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos			22.224.535,00			
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		-9.550.000,00	- 9.029.342,00				
Outras Operações								
Total			25.866.713,00	28.658.013,00	62.064.477,00	-		

Tabela 17 – Resumo da Programação de Despesas

Fonte: SIAFI Gerencial (2011 e 2012).

Da análise da tabela 17, pode-se verificar que o montante de despesas correntes orçadas foi R\$ 33.294.290,00, sendo suplementado em R\$ 2.122.423,00 e cancelado créditos no montante de R\$ 9.550.000,00, sendo R\$ 5.000.000,00 relativos às despesas com pessoal e encargos e R\$ 4.550.000,00 de despesas correntes. Com relação às despesas de capital, o montante orçado foi de R\$ 35.289.942,00, e suplementado em R\$ 4.550.000,00 na ação 125B – Implantação da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) subsidiar as licitações de obras.

3.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

A Tabela 18, a seguir, compreende o conjunto dos créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Unidade Gestora (UG) não associada à UG da Unilab. Esta tabela contempla 5 (cinco) colunas e está dividida em 2 (dois) grupos de informação. O primeiro grupo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas correntes, enquanto o segundo grupo contém os créditos internos e externos concedidos ou recebidos para a realização de despesas de capital.

Para efeito desta Tabela conceitua-se como movimentação interna de crédito qualquer transferência de créditos entre Unidade Orçamentária (UO) do mesmo órgão e, como movimentação externa de crédito, a movimentação de créditos entre UO de órgãos distintos. A UG concedente corresponde ao código SIAFI da UG externa à Unilab que concedeu o crédito orçamentário, seja por movimentação interna, seja por movimentação externa. A UG recebedora corresponde ao código SIAFI da UG externa à Unilab que concedeu o crédito orçamentário, seja por movimentação interna, seja por movimentação externa.

A classificação da ação corresponde à classificação institucional e funcional-programática do crédito concedido ou recebido, composta pelos códigos da UO, da função, da subfunção, do programa e da ação estabelecidos na programação original na LOA.

(Valores em R\$ 1,00)						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos	153045	12364203220RK0023			600.679,00
	Recebidos	153045	12364203220RK0023			174.400,00
		110005	04122204420TN0001			1.478.917,60
		238012	14422203483620001			13.860,15
		150014	12122210920RH0001			8.814,77
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos	180002	27812203554500168	500.000,00		

Tabela 18 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

Da análise da tabela 18, pode-se verificar que não ocorreram concessões, nem recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna para nenhum grupo de despesa. Entretanto, com relação a créditos orçamentários por movimentação externa, ocorreu uma concessão de outras despesas correntes no valor de R\$ 600.679,00, e 4 (cinco) recebimentos de outras despesas correntes e 1 (um) recebimento de despesas de capital, no valor de R\$ 500.000,00.

No tocante às despesas correntes, verifica-se na tabela 18 que a Universidade incorreu apenas em destaques, por meio de movimentações externas, sendo 1 (um) destaque concedido no valor de R\$ 600.679,00 para a Universidade Federal do Ceará (UG 153045) e 4 destaques recebidos, sendo provenientes do orçamento da Universidade Federal do Ceará (UG 153045), da Presidência da República – Secretaria de Administração (UG 110005), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (UG 238012) e da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) (UG 150014), no valor total de R\$ 8.814,77 para atender às capacitações relativas ao Curso de Siafi Gerencial exclusivo para Relatório de Gestão, à Capacitação no Novo Subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR), para Programação Financeira e de Folha de Pagamento e ao Curso de Capacitação do Encerramento do Exercício de 2012.

3.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

As informações sobre a execução orçamentária da despesa estão divididas em 2 (dois) conjuntos de demonstrativos, que se subdividem em quadros, a saber:

1. Execução Orçamentária de Créditos Originários da Universidade:

- a) Despesas por Modalidade de Contratação;
- b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela Universidade por Movimentação:

- a) Despesas por Modalidade de Contratação;
- b) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

O conjunto de demonstrativos relacionados acima é composto por 3 (três) tabelas semelhantes, a saber: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes, por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa. A diferença entre esses dois conjuntos de demonstrativos reside no fato de o primeiro conjunto se referir à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA e dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício; enquanto o segundo conjunto se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa.

3.2.4.1 Execução da Despesa com Créditos Originários

As tabelas a seguir destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação.

3.2.4.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

A tabela 19, a seguir, denominada Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da Universidade, contempla 2 (duas) colunas com informações sobre a despesa liquidada e a despesa paga. Cada uma delas dividida nos exercícios 2011 e 2012.

As linhas da tabela 19, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o convite, a tomada de preços, a concorrência, o pregão, o concurso, a consulta e o registro de preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a inexigibilidade e a dispensa.

No grupo “Regime de Execução Especial”, está o suprimento de fundo, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de pessoal por meio de folha de pagamento ou de diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros” são consideradas as despesas que não se enquadrarem nos itens anteriores.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	3.949.381,04	1.107.510,43	3.949.381,04	1.107.510,43
a) Convite				
b) Tomada de Preços	645.218,35		645.218,35	
c) Concorrência				
d) Pregão	3.304.162,69	1.107.510,43	3.304.162,69	1.107.510,43
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	385.424,19	2.365.266,78	385.424,19	2.364.596,78
g) Dispensa	304.349,59	2.336.457,15	304.349,59	2.335.787,15
h) Inexigibilidade	81.074,60	28.809,63	81.074,60	28.809,63
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	11.862.068,78	6.205.339,46	11.862.068,78	6.205.339,46
j) Pagamento em Folha	11.565.683,71	6.067.681,32	11.565.683,71	6.067.681,32
k) Diárias	296.385,07	137.658,14	296.385,07	137.658,14
5. Outros		289.128,56		289.128,56
6. Total (1+2+3+4+5)	16.196.874,01	9.967.245,23	16.196.874,01	9.966.575,23

Tabela 19 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos originários

Fonte: SIAFI Gerencial (2011 e 2012).

Primeiramente, faz-se necessário ressaltar que não foi possível separar, na tabela 19, as despesas liquidadas e pagas decorrentes da modalidade de licitação “Pregão” das despesas da modalidade de licitação “Registro de Preços”, tendo em vista que esta não é uma modalidade prevista no SIAFI para registro diferenciado, o que enseja o registro na modalidade pregão, independentemente de ter ocorrido por meio de sistema de registro de preços ou não. Dessa forma, todas as despesas liquidadas e pagas por meio da modalidade de licitação “Registro de Preços” e “Pregão” foram incluídas na linha da tabela 19 que se refere à modalidade de licitação pregão.

Da análise da tabela 19, pode-se verificar que 73% (R\$ 11.862.068,78) da execução orçamentária dos créditos originários da Universidade (R\$ 16.196.874,01) diz respeito às despesas para pagamento de pessoal, representadas em sua maioria pelo pagamento da folha de pessoal da Unilab (R\$ 11.565.683,71).

Em segundo lugar, representando aproximadamente 24% da execução orçamentária dos créditos originários da Universidade, encontram-se as despesas executadas por meio de licitações (R\$ 3.949.381,04), sendo representadas principalmente por pregão (R\$ 3.304.162,69) e, em menor volume, por tomadas de preços (R\$ 645.218,35).

O restante da execução orçamentária dos créditos originários da Universidade, 2% (R\$ 385.424,19), foi executado por meio de contratações diretas, em sua maioria por meio de dispensa de licitação (R\$ 304.349,59).

3.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

A tabela 20, a seguir, denominada Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da Universidade, contém 4 (quatro) colunas com os seguintes campos: despesa empenhada, despesa liquidada, restos a pagar (RP) não processados e valores pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios de 2011 e 2012.

As linhas, por sua vez, discriminam os 3 (três) grupos da despesa corrente: despesas de pessoal; juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. Cada grupo de despesa contempla os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2012, discriminados em ordem decrescente desse montante, enquanto o quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	10.911.372,43	5.767.786,47	10.911.372,43	5.767.786,47	-	-	10.911.372,43	5.767.786,47
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	7.757.120,66	4.031.760,40	7.757.120,66	4.031.760,40			7.757.120,66	4.031.760,40
Obrigações Patronais	1.694.296,22	882.953,19	1.694.296,22	882.953,19			1.694.296,22	882.953,19
Contratação Por Tempo Determinado	883.996,99	467.784,47	883.996,99	467.784,47			883.996,99	467.784,47
Demais elementos do grupo	575.958,56	385.288,41	575.958,56	385.288,41			575.958,56	385.288,41
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa								
Nome 2º elemento de despesa								
Nome 3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	7.470.033,80	6.045.586,56	5.758.774,29	3.870.491,10	1.711.259,51	2.175.095,46	5.757.257,29	3.869.821,10
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.823.167,50	3.417.879,24	999.262,99	2.253.466,19	823.904,51	1.164.413,05	998.062,99	2.252.796,19
Auxílio Financeiro a Estudantes	1.662.455,60	282.255,00	1.662.455,60	282.255,00	0,00	0,00	1.662.455,60	282.255,00
Locação de Mão-de-Obra	1.490.872,87	1.044.247,10	1.111.556,26	447.567,56	379.316,61	596.679,54	1.111.556,26	447.567,56
Demais elementos do grupo	2.493.537,83	1.583.460,22	1.985.499,44	1.169.457,35	508.038,39	242.401,11	1.985.182,44	887.202,35
Totais	18.381.406,23	11.813.373,03	16.670.146,72	9.638.277,57	1.711.259,51	2.175.095,46	16.668.629,72	9.637.607,57

Tabela 20 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos originários

Fonte: SIAFI Gerencial (2011 e 2012).

Da análise da tabela 20, observa-se que no grupo de despesas de pessoal o elemento que obteve a maior execução orçamentária e financeira, em 2012, foi o grupo “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”, com R\$ 7.757.120,66, que representa 71% do total de despesas executadas de pessoal (R\$ 10.911.372,43). Em segundo lugar, encontra-se o grupo de “Obrigações Patronais”, com R\$ 1.694.296,22, que representa 15% das despesas de pessoal; em terceiro lugar, destaca-se o grupo de “Contratação por Tempo Determinado”, com R\$ 883.996,99, que representa 8% das despesas de pessoal. Os demais elementos de despesa de pessoal, com R\$ 575.958,56, representam 5% das despesas de pessoal.

No grupo de juros e encargos da dívida, não ocorreu movimentação orçamentária, nem financeira, tendo em vista que a Universidade não contraiu nenhum empréstimo ou financiamento, em 2012.

No grupo das outras despesas correntes, observa-se que o elemento de despesa que possuiu a maior execução orçamentária e financeira foi “Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica”, com despesas empenhadas na ordem de R\$ 1.823.167,50, que representa 10% do total de outras despesas correntes empenhadas (R\$ 18.381.406,23), contudo, somente 55% das despesas empenhadas foram liquidadas, ou seja, efetivamente incorridas em 2012 (R\$ 999.262,99), 45% restante das despesas empenhadas e não-liquidadas (R\$ 823.904,51) foi inscrito em restos a pagar (RP) não-processados.

O 2º elemento de despesa, do grupo das outras despesas correntes, em termos de execução orçamentária e financeira foi “Auxílio Financeiro a Estudantes”, com despesas empenhadas na ordem de R\$ 1.662.455,60, que representa aproximadamente 9% do total de outras despesas correntes empenhadas (R\$ 18.381.406,23).

Por fim, o 3º elemento de despesa, do grupo das outras despesas correntes, em termos de execução orçamentária e financeira foi “Locação de mão-de-obra”, com despesas empenhadas na ordem de R\$ 1.490.872,87, que representa aproximadamente 8% do total de outras despesas correntes empenhadas (R\$ 18.381.406,23). Contudo, somente 75% dessas despesas empenhadas foram liquidadas, ou seja, efetivamente incorridas e pagas em 2012 (R\$ 1.111.556,26). Os 25% restantes das despesas empenhadas e não-liquidadas (R\$ 379.316,61) foram inscritas em restos a pagar (RP) não-processados.

c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

A tabela 21, a seguir, denominada Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da Universidade, tem a mesma estrutura da tabela 7, somente diferindo nos grupos de despesas relacionados, quais sejam:

- 4 – Investimentos;
- 5 – Inversões Financeiras;
- 6 – Amortização da Dívida.

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	37.179.219,99	12.498.874,65	1.449.231,79	328.967,66	35.729.988,20	12.169.906,99	1.449.231,79	328.967,66
Obras e Instalações - Op. Int. Orc.	33.500.918,14	8.527.402,32	645.218,35		32.855.699,79	8.527.402,32	645.218,35	
Equip. e Material Permanente - Op. Intra-Orc.	3.228.980,25	3.494.248,83	354.691,84	328.967,66	2.874.288,41	3.165.281,17	354.691,84	328.967,66
Aquisição de Imóveis		420.000,00				420.000,00		
Demais elementos do grupo	449.321,60	57.223,50	449.321,60			57.223,50	449.321,60	
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	37.179.219,99	12.498.874,65	1.449.231,79	328.967,66	35.729.988,20	12.169.906,99	1.449.231,79	328.967,66

Tabela 21 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa – Créditos originários

Fonte: SIAFI Gerencial (2011 e 2012).

Da análise da tabela 21, observa-se que não ocorreu movimentação orçamentária e financeira nos grupos de despesas “inversões financeiras” e “amortização da dívida”, em 2012. No grupo de “investimentos”, o elemento que obteve a maior execução orçamentária, em 2012, foi o grupo “Obras e Instalações”, com R\$ 33.500.918,14, que representa 90% do total de despesas de capital executadas (R\$ 37.179.219,99); seguido, em segundo lugar, pelo grupo de “Equipamentos e Material Permanente”, com R\$ 3.228.980,25, que representa 8% das despesas de capital; em terceiro lugar, pelo grupo de “Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica”, com R\$ 449.321,60, que representa 2% das despesas de capital.

3.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos por Movimentação

Este item contempla a mesma estrutura de informações do item 3.4.2.1, diferenciando-se por demonstrar a execução orçamentária dos créditos recebidos por movimentação interna e externa. Os conjuntos de demonstrativos são compostos por 3 (três) tabelas semelhantes às do item 3.4.2.1, a saber: Despesas por Modalidade de Contratação; Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa; Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

3.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

A tabela 22, a seguir, denominada Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos pela Universidade por movimentação, contempla 2 (duas) colunas com informações sobre a despesa liquidada e a despesa paga. Cada uma delas, dividida nos exercícios 2011 e 2012.

As linhas da tabela 22, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o convite, a tomada de preços, a concorrência, o pregão, o concurso, a consulta e o registro de preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a inexigibilidade e a dispensa.

No grupo “Regime de Execução Especial”, está o suprimimento de fundos, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de pessoal por meio de folha de pagamento ou de diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “Outros”, são consideradas as despesas que não se enquadrarem nos itens anteriores.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
Licitação	14.989,60	2.931,21	14.989,60	2.931,21
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	14.989,60	2.931,21	14.989,60	2.931,21
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas		200.000,00		200.000,00
Dispensa		200.000,00		200.000,00
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimimento de Fundos				

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
Pagamento de Pessoal	2.245,32	2.104,50	2.245,32	2.104,50
Pagamento em Folha				
Diárias	2.245,32	2.104,50	2.245,32	2.104,50
Outras				
Totais	17.234,92	205.035,71	17.234,92	205.035,71

Tabela 22 – Despesas por modalidade de contratação – Créditos de movimentação

Fonte: SIAFI Gerencial (2011 e 2012).

Da análise da tabela 22, pode-se verificar que, dos créditos recebidos por movimentação, apenas foi objeto de liquidação e pagamento os valores de pregão R\$ 14.989,60 e as diárias de R\$ 2.245,32.

3.2.4.2.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

A tabela 23, a seguir, denominada “Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação”, contém 4 (quatro) colunas com os seguintes campos: despesa empenhada, despesa liquidada, restos a pagar (RP) não processados e valores pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios de 2011 e 2012.

As linhas, por sua vez, discriminam os 3 (três) grupos da despesa corrente: despesas de pessoal; juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. Cada grupo de despesa contempla os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2011 e 2012, discriminados em ordem decrescente desse montante, enquanto o quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	1.501.592,52	1.305.035,71	17.234,92	205.035,71	1.484.357,60	1.100.000,00	17.234,92	205.035,71
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.478.917,60	1.300.000,00		200.000,00	1.478.917,60	1.100.000,00		200.000,00
Passagens e despesas com locomoção	20.429,60	2.931,21	14.989,60	2.931,21	5.440,00	-	14.989,60	2.931,21
Diárias - Pessoal Civil	2.245,32	2.104,50	2.245,32	2.104,50		-	2.245,32	2.104,50
Demais elementos do grupo		-		-		-		-
Totais	1.501.592,52	1.305.035,71	17.234,92	205.035,71	1.484.357,60	1.100.000,00	17.234,92	205.035,71

Tabela 23 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

Fonte: SIAFI Gerencial (2011 e 2012).

Da análise da tabela 23, observa-se que a Unilab recebeu créditos por movimentação para atender ao grupo das outras despesas correntes, totalizando R\$ 1.501.592,52 de despesas empenhadas, em que o elemento de despesa de maior execução orçamentária e financeira foi “Outras Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica”, com despesas empenhadas na ordem de R\$ 1.478.917,60, o que representa 98% do total de outras despesas correntes empenhadas. Contudo, somente, aproximadamente, 1% dessas despesas empenhadas foram liquidadas e pagas, ou seja, efetivamente incorridas em 2012 (R\$ 17.234,92), o restante das despesas empenhadas e não-liquidadas foi inscrito em restos a pagar (RP) não-processados.

Os demais elementos de despesa, do grupo das outras despesas correntes, em que houve créditos recebidos por movimentação foram “Passagens e despesas com locomoção”, com despesas empenhadas, liquidadas e pagas no valor de R\$ 14.989,60; e “Diárias – Pessoal Civil”, com despesas empenhadas, liquidadas e pagas no valor de R\$ 2.245,32.

c) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

A tabela 24, a seguir, contempla as despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação e contém 4 (quatro) colunas com os seguintes campos: despesa empenhada, despesa liquidada, restos a pagar (RP) não processados e valores pagos. Cada coluna está dividida nos exercícios de 2011 e 2012.

As linhas, por sua vez, discriminam os 3 (três) grupos da despesa de capital: investimentos; inversões financeiras e amortização da dívida. Cada grupo de despesa contempla os 3 (três) elementos de maior montante empenhado em 2011 e 2012, discriminados em ordem decrescente desse montante, enquanto o quarto elemento totalizador, denominado “Demais elementos do grupo”, acumula todos os demais elementos de despesa do grupo.

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Obras e Instalações	500.000,00				500.000,00			
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Tabela 24 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa – Créditos de movimentação

Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

Ao analisar a Tabela 24, verifica-se que a Unilab recebeu créditos de outras unidades gestoras, por meio de movimentação, relacionados às despesas de capital para investimentos, no exercício de 2012 que os R\$ 500.000,00 objeto de movimentação de crédito foram empenhados em obras e instalações e ficaram para restos a pagar não-processados.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este item do relatório de gestão contém as informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores e as informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes em 2012.

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Este subitem do relatório de gestão visa obter informações quantitativas sobre o pagamento de restos a pagar (RP) dos exercícios anteriores, de modo a analisar a gestão e os impactos dessas despesas financeiras no exercício de 2012.

4.1.1 Pagamentos e cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores

A Tabela 25 a seguir contempla o montante de restos a pagar do exercício de 2011 inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de 2012, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	670,00	0,00	0,00	670,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	14.345.002,45	-1.051.148,47	8.609.714,29	4.684.139,69

Tabela 25 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores a 2012

Fonte: SIAFI Gerencial (2012).

Ao analisar a Tabela 25, a Universidade inscreveu, em 2012, restos a pagar no montante total de R\$ 14.345.002,45, que se referem aos valores licitados de obras, aquisições de material de consumo e permanente que não foi possível receber dos fornecedores ainda em 2011, bem como os valores referentes aos contratos de prestações de serviços a serem pagos apenas no mês de janeiro de 2012. Desse montante, foram cancelados, durante o exercício de 2012, R\$ 1.051.148,47 (7%), o que representa valores não mais devidos e que portanto foram cancelados.

Os valores pagos somaram, durante o exercício de 2012, R\$ 8.609.714,29 (60%), restando R\$ 4.684.139,69 (33%), pois ainda não foram liquidados e se referem principalmente às despesas decorrentes de obras.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Este item do Relatório de Gestão contempla as informações qualitativas e quantitativas sobre a gestão de recursos humanos da Universidade, de forma a possibilitar aos órgãos de controle e à própria Universidade a análise da gestão do quadro de pessoal, tanto na dimensão operacional quanto na dimensão estratégica, evidenciando, inclusive, a conformidade dos registros dos atos de pessoal e os controles da Universidade para coibir a acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

Essas informações foram divididas em dois grandes blocos, em que o primeiro evidencia os dados sobre a força de trabalho disponível na Universidade, a qualificação e os custos associados ao quadro de recursos humanos, além dos indicadores gerenciais porventura instituídos sobre a gestão de recursos humanos e a análise crítica da Universidade sobre a situação da gestão de recursos humanos.

O segundo bloco de informações, por sua vez, encontra-se estruturado em seis tabelas, abrangendo as informações acerca da terceirização de mão-de-obra e sobre o quadro de estagiários. Há, ainda, dois outros blocos de informação, que não possuem estruturação própria, e que tratam dos aspectos relacionados à acumulação irregular de cargos, função ou empregos públicos.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

O perfil do quadro de servidores ativos da Universidade está demonstrado por meio de 5 (cinco) tabelas, evidenciando, cada uma, os seguintes aspectos do quadro de pessoal, a saber:

- a) a tabela 26 demonstra a composição da força de trabalho da Universidade;
- b) a tabela 27 evidencia as situações que reduzem a força efetiva de trabalho da Universidade;
- c) a tabela 28 demonstra a distribuição dos cargos em comissão e das funções gratificadas;
- d) a tabela 29 demonstra o perfil etário dos servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados da Universidade;
- e) a tabela 30 demonstra o perfil escolar dos ocupantes de cargos efetivos e comissionados da Universidade.

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Universidade

A tabela 26, a seguir, demonstra o total de servidores que compõem o quadro de pessoal da Universidade, sendo apresentado, nas linhas, o resultado da soma dos servidores em cargos efetivos (compreendendo os membros de poder e agentes políticos e os servidores de carreira, estes últimos, ainda que de outros órgãos e esferas, que efetivamente atuam na Universidade, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em quatro diferentes subtipos, quais sejam: servidores de carreira vinculada ao órgão; servidores de carreira em exercício descentralizado; servidores de carreira em exercício provisório; servidores requisitados de outros órgãos e esferas); e os servidores com contratos temporários.

Nas colunas, a informação foi dividida entre o quantitativo de lotação autorizada para provimento de cargos na Universidade, o quantitativo de lotação efetiva de cargos providos na Universidade, o quantitativo de servidores que ingressaram na Universidade e o quantitativo de servidores que saíram da Universidade, em 2012.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	229	149	98	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos	“não há”	“não há”	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	229	149	98	9
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	229	137	94	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	“não há”	2	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	“não há”	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	“não há”	9	2	2

2. Servidores com Contratos Temporários	10	10	7	6
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	3	3	3	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	242	162	108	16

Tabela 26 – Força de trabalho da Universidade – Situação apurada em 31/12

Fonte: COGEP (2012).

Da análise da tabela 26, pode-se observar que há 229 lotações autorizadas para provimento de cargos de servidores de carreira vinculada ao órgão, e, destas, apenas 137 lotações foram efetivadas, sendo 94 ocupantes ingressos e 7 ocupantes egressos, em 2012. Além desses servidores, a Unilab possui 2 servidores de carreiras típicas de Estado, vinculadas aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda que exercem as suas atividades na Universidade, mediante exercício descentralizado de atividade; e 9 servidores requisitados que exercem atividades na Universidade, conforme previsão do art. 93, inciso II, da Lei n.º 8.112/90. Destes, apenas 2 ocupantes ingressaram e 2 ocupantes saíram, em 2012. Portanto, em 2012, a Unilab totalizou 149 lotações efetivas, sendo 98 ocupantes ingressos e 9 ocupantes egressos no exercício de 2012.

Em relação aos servidores com contrato temporário, a Unilab dispõe de 10 servidores, sendo que 7 ingressaram no exercício de 2012, os quais estão exercendo atividades como professores visitantes. Portanto, até o final de 2012, a Unilab apresenta 162 lotações efetivas, sendo 108 ingressos e 16 egressos.

5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Universidade

A tabela 27 evidencia as situações que reduzem a força de trabalho da Universidade, caracterizadas pela ausência momentânea de servidor, conforme previsões da Lei nº. 8.112/90. Para cada tipologia dos afastamentos, a Universidade informa a quantidade de pessoas do seu quadro que se encontrava naquela situação em 31 de dezembro de 2012.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	

3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Tabela 27 – Situações que reduzem a força de trabalho da Universidade – Situação em 31/12

Fonte: COGEP (2012).

Da análise da tabela 27, pode-se observar que ocorreu apenas 1 (uma) situação de afastamento que reduziu a força de trabalho da Universidade, em 2012, motivada pela remoção de (um) servidor, de ofício, no interesse da Administração.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

A tabela 28, a seguir, identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da Universidade. Entende-se como cargos em comissão aqueles ocupados por servidores que ingressaram na Universidade, mediante o instituto do provimento em comissão, tomando-se por referência o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei n.º 8.112/90, nas diversas tipologias de cargos previstas na legislação vigente, quais sejam: Cargos de Natureza Especial; Grupo Direção e Assessoramento Superior; e funções gratificadas, segundo as especificações a seguir:

- Cargos de Natureza Especial: para efeito da tabela 28, cargos de natureza especial são os seguintes: Secretários Especiais da Presidência da República; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Secretário-Geral de Contencioso; Secretário-Geral de Consultoria; Subdefensor Público Geral da União; Presidente da Agência Espacial Brasileira e Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios.
- Grupo Direção e Assessoramento Superior: servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS), dividindo-se, para efeito da tabela 28, em cinco (5) tipos diferentes, a saber: servidores de carreira vinculada ao órgão, servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de outros órgãos e esferas, sem vínculo e aposentados.
- Funções Gratificadas: servidores ocupantes de cargos de função gratificada, exclusivos de servidores públicos efetivos, dividindo-se, para efeito deste demonstrativo, em três (3) subtipos diferentes, quais sejam: servidor de carreira vinculada ao órgão; servidor de carreira em exercício descentralizado e servidor de outros órgãos e esferas.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	44	28	17	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	44	28	17	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	32	16	10	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	8	8	3	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	3	3	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	130	42	32	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	129	41	32	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	174	70	49	2

Tabela 28 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Universidade (Situação em 31 de dezembro de 2012)

Fonte: COGEP (2012).

Da análise da tabela 28, pode-se observar que há 44 lotações autorizadas para provimento de cargos em comissão, e, em 2012, 28 lotações foram efetivadas para cargos do grupo de Direção e Assessoramento Superior, sendo 16 cargos ocupados por servidores de carreira vinculada ao órgão, em que 10 ocupantes ingressaram nos cargos, em 2012; 8 cargos ocupados por servidores de outros órgãos e esferas, em que 3 ocupante ingressou, em 2012; 3 cargos ocupados por servidores sem vínculo, em que 3 ocupantes ingressaram e 1 ocupante saiu, em 2012; e 1 cargo ocupado por servidor de carreira em exercício descentralizado que ingressou em 2012.

Além dos cargos em comissão, a Unilab possui 130 lotações autorizadas para funções gratificadas e apenas 42 lotações efetivadas, em que 32 ocupantes ingressaram em 2012. Portanto, até o final de 2012, a Unilab possui 174 lotações autorizadas, 70 lotações efetivas de servidores em cargos em comissão e funções gratificadas, em que 49 ocupantes ingressaram e 2 ocupantes saíram, em 2012.

5.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Universidade Segundo a Idade

A tabela 29, a seguir, visa demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da Universidade. Esta tabela tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões, segundo a faixa etária, em 31 de dezembro de 2012.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	26	44	14	2	4
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	25	39	12	2	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	5	2	0	2

2. Provimento de Cargo em Comissão	23	25	9	9	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	10	7	6	4
2.3. Funções Gratificadas	22	15	2	3	0
3. Totais (1+2)	49	69	23	11	8

Tabela 29 – Quantidade de servidores da Universidade por faixa etária - Situação apurada em 31/12
Fonte: COGEP (2012).

Da análise da tabela 29, pode-se observar que o maior número de servidores de carreira, ocupantes de cargos efetivos, estão na faixa etária de 31 a 40 anos (44 servidores), seguidos por 26 servidores efetivos que possuem até 30 anos, 14 servidores na faixa de 41 a 50 anos, 4 servidores acima de 60 anos e 2 servidores entre 51 e 60 anos. Quanto aos servidores com contratos temporários, há 5 servidores de 31 a 40 anos, 1 servidor até 30 anos, 2 servidores de 41 a 50 anos e 1 servidor acima de 60 anos. Quanto aos cargos de provimento em comissão, há 25 ocupantes de 31 a 40 anos, 23 ocupantes de até 30 anos, 9 ocupantes de 51 a 60 anos, 9 ocupantes de 41 a 50 anos e 4 ocupantes acima de 60 anos.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Universidade Segundo a Escolaridade

A tabela 30, a seguir, visa demonstrar o perfil de escolaridade do quadro de pessoal ativo da Universidade. Esta tabela tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões, segundo o nível de escolaridade, em 31 de dezembro de 2012.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	8	34	10	7	63
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira					8	34	10	7	53
1.3. Servidores com Contratos Temporários									10
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	1	9	7	2	10
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1		2	2	10
2.3. Funções Gratificadas						9	5		
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	9	43	17	9	73
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Tabela 30 – Quantidade de servidores da Universidade por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Fonte: COGEP (2012).

Da tabela 30, pode-se observar que a maioria dos servidores (73 servidores) possuem nível de escolaridade 9, correspondente ao Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência, sendo 53 servidores de carreira, 10 servidores com contrato temporário e 10 servidores de cargos em comissão. Em segundo lugar, estão os 43 servidores com nível de escolaridade 6, correspondente ao nível Superior, sendo 34 servidores de carreira e 9 servidor ocupante de cargo em comissão;

seguidos de 10 servidores de carreira com nível de Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-graduação; 8 servidores de carreira com nível de segundo grau ou técnico e 7 servidores de carreiras que possuem nível de Mestrado.

5.2 Terceirização de Mão-de-Obra Empregada

As informações sobre a terceirização de mão-de-obra no âmbito da Universidade tratam dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva e da locação de mão-de-obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

5.2.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Universidade

A Tabela 31 a seguir, compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2012, inclusive os encerrados e os novos contratos celebrados, mesmo que não efetivados no exercício.

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA													
UG/Gestão: 158565						CNPJ: 12.397.930/0001-00							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	06/2011	37.162.435/0009-08	14/06/11	11/01/13			24	24			E
2011	L	O	04/2011	08.666.310/0001-51	16/05/11	10/01/13			7	7			E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Tabela 31 – Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Fonte: CSO (2012).

De acordo com a tabela 31, pode-se verificar que a Unilab possui 2 (dois) contratos de prestação de serviços vigentes em 2012, sendo 1 (um) de limpeza (contrato nº. 04/2011) e 1 (um) de vigilância ostensiva (contrato nº. 06/2011), ambos de natureza ordinária e com vigência até o início de 2013. Quanto ao número de servidores suportados pelo contrato de prestação de serviço, há 31 (trinta e um) contratados com nível médio de escolaridade, sendo 7 (sete) do contrato de limpeza e 24 (vinte e quatro) do contrato de vigilância ostensiva.

5.2.2 Informações sobre locação de mão-de-obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Este item compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra vigentes no exercício de 2012, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2012, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se da tabela 32, a seguir, os contratos relativos à limpeza, higiene e vigilância ostensiva, por terem sido tratados no item anterior.

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA													
UG/Gestão: 158565					CNPJ: 12.397.930/0001-00								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	11	O	05/2011	07.783.832/0001-70	31/05/11	25/01/13			08	13			E
2011	2	O	77/2011	09.172.237/0001-24	10/06/11	06/01/13			10	12			E
2011	12	O	17/2011	05.485.352/0001-06	23/11/11	22/01/13			09	11			E
Observações:													
LEGENDA													
Área:					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
1. Segurança;					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
2. Transportes;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
3. Informática;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Tabela 32 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

Fonte: CSO (2012).

Da tabela 32, observa-se que a Unilab possui 3 (três) contratos de locação de mão-de-obra para executar atividades não abrangidas pelo plano de cargos, todos vigentes de 2011 a 2013 e de natureza ordinária nas seguintes áreas: transporte, manutenção de bens imóveis, apoio administrativo e outras.

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Este item do relatório de gestão evidencia a forma em que a Universidade gere a frota de veículos automotores, bem como os bens imóveis sob sua responsabilidade, tanto de propriedade da União, quanto locados de terceiros, demonstrando os controles internos relacionados à gestão desses itens do patrimônio.

As informações estão contempladas em dois blocos distintos. O primeiro trata da gestão da frota de veículos da Universidade, próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos; e o segundo bloco de informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da Universidade e dos imóveis locados de terceiros.

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Este subitem está evidenciado a forma pela qual a Universidade realiza a gestão da frota de veículos sob sua responsabilidade, notadamente sobre os seguintes aspectos:

- a) frota de Veículos Automotores de Propriedade da Universidade;
- b) legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- c) importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Universidade;
- d) quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da Universidade, discriminados por grupos, segundo a classificação dada pela Universidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
- e) média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
- f) idade média da frota, por grupo de veículos;
- g) custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);
- h) plano de substituição da frota;
- i) razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
- j) estrutura de controles de que a Universidade dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte;
- k) frota de veículos automotores a serviço da Universidade, mas contratada de terceiros;
- l) estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;
- m) nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
- n) tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;
- o) legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
- p) importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Universidade;
- q) quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação dada pela Universidade (por exemplo, veículos de representação,

- veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
- r) média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;
 - s) idade média anual, por grupo de veículos;
 - t) custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;
 - u) estrutura de controle existente na Universidade para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

6.1.1 Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

As legislações utilizadas por esta Universidade para a utilização da frota de veículos estão destacadas a seguir:

- a) Instrução Normativa MPOG/STLI nº. 2, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- b) Instrução Normativa nº. 3, de 15 de maio de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição, e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- c) Resolução nº. 26/2011/Conselho Superior Pro Tempore, de 12 de dezembro de 2011, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que regulamenta a utilização dos veículos da frota oficial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

6.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da Universidade

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, por se localizar no município de Redenção, no interior do Estado do Ceará, a 63 km da capital, possui demanda diária de locomoção de discentes, docentes, técnicos administrativos e terceirizados para atividades na capital. São ações que envolvem atividades administrativas, aulas práticas e teóricas, transporte de cargas, tramitação de documentos e outras atividades diversas. Por essas razões, a frota de veículos desta instituição tem papel fundamental nos trabalhos realizados.

6.1.3 Quantidade de veículos em uso e sob responsabilidade da Universidade

A quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da Universidade, discriminados por grupos, segundo a classificação dada pela Universidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por classificação, está representada no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Classificação dos veículos por tipo de serviço utilizado

Seq.	Marca	Placa	Classificação
1	Ford Focus	OCI0862	Veículo de Representação
2	Ranger Capota	OCL2582	Veículo de Serviço - Transporte misto
3	Volare-Microônibus	OCN8961	Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal
4	Volare W8-Microônibus	OCN9031	Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal

5	Ônibus VW	OCP6756	Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal
6	Caminhão Mercedes	OCQ5301	Veículo de Serviço - Transporte de Cargas
7	Ônibus Roma	OCR9417	Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal
8	Sprinter	NQZ8134	Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal
9	Sprinter	OSG8209	Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal
10	Ranger branca	OIC3292	Veículo de Serviço - Transporte misto
11	Ônibus Volks	OIH7413	Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal
12	Moto Honda	NUX7229	Veículo de Serviço - Transporte misto
13	Ford Fiesta	OCI1032	Veículo de Representação
14	Ranger prata	NQT6753	Veículo de Serviço - Transporte misto
15	Ranger branca	OID9932	Veículo de Serviço - Transporte misto

Fonte: Divisão de Transportes (2012).

Quadro 5 – Quantidade de veículos por classificação

Classificação	Código	Quant.
Veículo de Representação	S - 0	2
Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal	S - 1	7
Veículo de Serviço - Transporte misto	S - 2	5
Veículo de Serviço - Transporte de Cargas	S - 3	1
Veículo de Serviço - Transporte para Prestação de Serviços	S - 4	0
	Total	15

Fonte: Divisão de Transportes (2012).

6.1.4 Média anual de quilômetros rodados pelos veículos da Universidade

A média anual de quilômetros rodados, em 2012, por classificação, segundo a classificação contida no subitem anterior consta nas Tabelas 33 a seguir.

Veículos de Representação	Quilômetros Rodados (Km)
OCI0862	1.7461
OCI1032	16.307
Total	33.768
Média	16.884

Tabela 33 – Quilômetros rodados dos veículos de representação

Fonte: Divisão de Transportes (2012).

Veículos de Serviço - Transporte de Pessoal	Quilômetros Rodados (Km)
OCN8961	3.994
OCN9031	4.697
OCP6756	14.990
OCR9417	5.108
NQZ8134	9.190
OSG8209*	2.250
OIH7413	6.760
Total	46.989
Média	6.713

Tabela 34 – Quilômetros rodados dos veículos de serviço – transporte de pessoal

Fonte: Divisão de Transportes (2012).

*Aquisição Recente

Veículos de Serviço - Transporte misto	Quilômetros Rodados (Km)
OCL2582	34.058
OIC3292	26.317
NUX7229	14.149
NQT6753	73.441
OID9932	24.655
TOTAL	172.620
MÉDIA	34.524

Tabela 35 – Quilômetros rodados dos veículos de serviço – transporte misto
Fonte: Divisão de Transportes (2012).

Veículo de Serviço - Transporte de Cargas	Quilômetros Rodados (Km)
OCQ5301	2.104
Total	2.104
Média	2.104

Tabela 36 – Quilômetros rodados do veículo de serviço – transporte de cargas
Fonte: Divisão de Transportes (2012).

6.1.5 Idade média da frota de veículos

A idade média dos veículos, em anos, por classificação, está demonstrada na Tabela 36 a seguir.

Classificação	Ano de Fabricação					Total de Veículos	Idade Média
	2008	2009	2010	2011	2012		
Veículo de Representação	0	0	0	2	0	2	1,00
Veículo de Serviço - Transporte de Pessoal	1	0	1	4	1	7	1,43
Veículo de Serviço - Transporte misto	0	1	1	3	1	6	1,33
Veículo de Serviço - Transporte de Cargas	0	0	1	0	0	1	2,00
Idade Média da Frota (IMF)	1	1	3	9	2	16	1,38
Equação para Cálculo da Idade Média (IMF) $IMF = \sum (N^{\circ} \text{ de veículos} \times \text{Idade}) / \text{Total de Veículos}$ Idade Média da Frota (IMF)= 1,38 anos							

Tabela 37 – Idade média dos veículos segundo a classificação
Fonte: Divisão de Transportes (2012).

6.1.6 Custos associados à manutenção da frota

A Tabela 37 a seguir apresenta os gastos com combustíveis (diesel e gasolina) ocorridos em 2012 para abastecer a frota de veículos da Unilab.

Mês	Gastos com Combustível (R\$)
Janeiro	3.682,69
Fevereiro	3.218,58

Março	8.615,51
Abril	8.564,32
Maio	11.038,95
Junho	7.671,99
Julho	6.708,11
Agosto	5.947,76
Setembro	3.996,28
Outubro	8.064,52
Novembro	11.823,37
Dezembro	9.652,46
Total	88.984,54

Tabela 38 – Gastos com Combustíveis – Diesel e Gasolina

Fonte: Divisão de Transportes (2012).

Pode-se perceber da Tabela 37 que a Unilab, em 2012, teve um gasto de R\$ 88.984,54 com combustíveis para abastecer a frota de veículos em uso e sob responsabilidade da Universidade. Além desses gastos, a Universidade gastou R\$ 12.726,57 com manutenção da frota de veículos.

A Unilab ainda não possui plano de substituição da frota de veículos, tendo em vista que possui uma frota de veículos com baixa idade média, dessa forma, o plano de substituição está sendo elaborado.

Com relação às razões de escolha da aquisição de veículos em detrimento da locação, ainda não foi realizado um estudo detalhado das vantagens de se ter frota própria de veículos. Faz-se necessário um estudo detalhado do impacto que uma frota de veículos locada teria sobre os custos desta Universidade.

6.1.7 Estrutura de controles da frota de veículos à disposição da Universidade

A Unilab, especificamente a Coordenação de Serviços Operacionais (CSO), por meio da Divisão de Transportes (DivTrans), utiliza um sistema de banco de dados para agendamento das utilizações dos veículos que são recebidos por meio escrito por esta Universidade.

As solicitações de veículos e os controles de tráfego, os abastecimento e a manutenção são realizados em formulário próprio constituído pela Divisão de Transportes. O motorista registra o dia, as quilometragens, os horários, as origens e os destinos, o solicitante, a finalidade, a quantidade de passageiros e o nome do condutor. As informações são incluídas no sistema para efeito de controle. Em breve, será implantado o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), que possui um módulo específico de Transportes, o que trará mais agilidade e redução de custos. O sistema está em fase de estudo e cadastramento, nele será possível gerenciar melhor a frota.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Este subitem do relatório de gestão tem por objetivo analisar a gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade da Universidade, classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locados de terceiros, bem como obter uma análise crítica a cerca da identificação, registro, regularização e controle desses bens, em 2012.

Para tanto, utilizou-se, essencialmente, as informações constantes nos processos, constituídos por esta Universidade e remetidos à Pró-Reitoria de Administração, para a aquisição de bens imóveis e para recebimento de doação de bens imóveis, ambos situados nos municípios de Acarape e de Redenção, em 2012, com vistas à regularização jurídica dos imóveis junto à Secretaria de Patrimônio da União, no Estado do Ceará.

Nessa condição, a Universidade, em 2012, adquiriu 2 (dois) imóveis, sendo um deles uma propriedade denominada Fazenda Sítio Vale do Piancó, com área de 33,5 hectares, localizada no Distrito de Barra Nova, do município de Redenção, conforme documentação anexa no Processo 23067.014510/2011-76. O imóvel registrado no Cartório 2º ofício Notas e Registros Públicos, do município de Redenção, sob número de matrícula: 1.428, Reg. Integral Livro 2 G, fls 104; e, o segundo imóvel, a doação de propriedade denominada Campus das Auroras.

De fato, o conhecimento e controle dos imóveis da União sob responsabilidade dessa Universidade é uma das atividades da Divisão de Patrimônio/Pró-Reitoria de Administração. Podemos inferir que a qualidade das informações sobre esses imóveis depende do sucesso da gestão do patrimônio imobiliário da União.

Trata-se, basicamente, de um conjunto de atividades relacionadas a identificação, cadastramento no SPIU (Sistema Unificado de Gestão dos Imóveis Próprios Nacionais) e controle das incorporações de imóveis, o que envolve a produção e a reunião de informações a cerca do imóvel.

No exercício de 2012, as atividades de gestão de imóveis da Unilab caracterizaram-se basicamente pela aquisição propriamente dita dos imóveis, com abertura de processo e o controle de todos os documentos de registro das propriedades.

Vale ressaltar que as atividades da Unilab foram afetadas, em alguns casos, pelas limitações de pessoal, destaca-se um efetivo de servidores muito reduzido para o volume de tarefas desempenhadas na Divisão de Patrimônio.

Diante da ocupação de fato dos imóveis ora em tela, a Pró-Reitoria de Administração, por meio da Divisão de Patrimônio tem como meta, para o exercício de 2013, a regularização dos imóveis junto a SPU/CE, assim como o cadastro no SPIUnet.

Considerando que a metodologia para caracterização de áreas da União deve ser realizada conforme os ditames legais e normativos da SPU, a administração da Unilab tem a expectativa do atendimento a esses preceitos legais para um melhor desempenho da gestão de imóveis no presente exercício.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Este item do relatório de gestão compreende as informações sobre a forma de condução da gestão da tecnologia da informação (TI) pela Universidade, principalmente em relação à estrutura de governança e às estratégias de mitigação de riscos relacionados às atividades de TI, contemplando os seguintes aspectos:

- a) planejamento da área;
- b) perfil dos recursos humanos envolvidos;
- c) segurança da informação;
- d) desenvolvimento e produção de sistemas;
- e) contratação e gestão de bens e serviços de TI.

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

A tabela 38 está evidenciada em forma de questionário, subdividido em 9 (nove) blocos de questões nas quais o gestor escolheu a opção que melhor representa a realidade da Unilab. No bloco de questões de 1 a 6, o gestor assinalou com um “X” quantas opções desejou. Na questão 7, o gestor levou em consideração a seguinte escala para responder:

(1) nunca: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da Universidade;

(2) às vezes: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da Universidade;

(3) usualmente: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da Universidade com frequência;

(4) sempre: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da Universidade.

Por fim, no bloco de questões 8 e 9, o gestor assinalou apenas uma opção.

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	

<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(1) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Tabela 39 – Gestão da Tecnologia da Informação da Universidade

Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação (2012).

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Este item do Relatório de Gestão tem por objetivo verificar se as aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços da Universidade são baseadas em critérios de sustentabilidade ambiental nos respectivos processos licitatórios, bem como se a Universidade tem adotado medidas que estimulem a redução do consumo de papel, energia e água.

Para tanto, foi preenchido o questionário apresentado no Quadro 6 a seguir, de modo a se obter da Universidade o nível de concordância com cada item de afirmação, sendo a resposta indicada pela assinalação de um “X” em uma escala de 1 a 5, referente às informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº. 1/2010 e a Portaria nº. 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº. 5.940/2006.

Além disso, são apresentadas as informações sobre medidas adotadas pela Universidade para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando o detalhamento da política adotada para estimular o uso racional desses recursos e a evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito da Universidade.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

O Quadro 6 a seguir, denominado Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

Quadro 6 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				x	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	Que os Licitantes apresentem comprovação de procedimentos sustentáveis quando da habilitação nas Licitações.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		x			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	Não há exigência de uma certificação ambiental específica				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				x	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	Desde o início do seu processo de implantação a UJ adquire lâmpadas econômicas				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	x				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				x	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	Na especificação dos itens das Licitações e na contratação de empresa para recarga de cartuchos de impressora.				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		x			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	Houve comunicações extra oficiais.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	x				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
Considerações Gerais: O presente questionário foi respondido em conjunto pela Coordenação de Logística e Coordenação de Serviços Operacionais.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Coordenação de Tecnologia da Informação (2012) e Coordenação de Serviços Operacionais (2012).

Na expectativa de atender a nova redação dada ao Art. 3º. da Lei nº. 8.666/93, em conformidade com a Lei nº. 12.349/10, a Coordenação de Logística vem inserindo paulatinamente os critérios de sustentabilidade em seus editais de licitação como pré-requisito para contratações.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

O Tabela 39 a seguir, demonstra como está ocorrendo a utilização de papel, energia elétrica e água da Universidade ao longo dos anos, bem como verificar se a UJ aderiu a algum

tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental. Para tanto, o quadro encontra-se subdividido em duas partes distintas. Na primeira, há informações sobre o tipo de programa, ano de adesão e resultados obtidos com a adesão a tal programa. Na segunda, há informações sobre quantidades e valores despendidos com o consumo de papel, energia elétrica e água.

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Plano de Gestão de Logística Sustentável			2012	A serem observados em 2013.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	542 resmas	266 resmas		5.269,54	2.622,76	
Água				25.029,60	6.216,10	-
Energia Elétrica			-	87.318,68	48.920,35	-
			Total			

Tabela 40 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Fonte: Divisão de Patrimônio (2012) e Coordenação de Serviços Operacionais (2012).

O setor responsável pelo controle de materiais, com o fito de racionalizar o uso de papel, está incentivando o uso das ferramentas de comunicação digitais, bem como a política do reaproveitamento do mesmo como “rascunho”.

Não há, efetivamente, projetos implementados para o uso racional e econômico de energia elétrica e água. Entretanto, há mobilizações neste sentido no meio acadêmico através de projetos em desenvolvimento para, de uma forma geral, veicular e conscientizar a comunidade acadêmica quanto a boas práticas no uso racional dos meios de energia.

Além do exposto, a Universidade atua de forma incisiva para minimizar os impactos produzidos por perdas de energia ou desgaste desnecessário de água, agindo na manutenção do *campus* de forma contínua para evitar desperdícios por mau funcionamento dos equipamentos e/ou mau uso de utensílios.

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Este item do Relatório de Gestão tem por objetivo evidenciar as providências adotadas pela Universidade para dar cumprimento às determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU ou as recomendações apresentadas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno (OCI) ou da unidade de controle interno, bem como levantar informações sobre o cumprimento das obrigações constantes das Leis nºs 8.730/1993 e 12.465/2011.

A informação está organizada de acordo com quatro subitens, conforme detalhamento a seguir:

- 1) informações sobre o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU e em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a Universidade se vincula;
- 2) informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna da entidade, bem como sobre o tratamento de recomendações por ela expedidas;

- 3) informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº. 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas;
- 4) declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 12.465, de 12 de agosto de 2011.

9.1 Deliberações do TCU e do OCI atendidas no Exercício

Durante o exercício de 2012, foi realizado apenas 01 Relatório de Auditoria pelo órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, por meio da Controladoria Geral da União no Estado do Ceará, contendo 02 recomendações, que foram parcialmente atendidas.

9.1.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício

A informação referente às recomendações do OCI atendidas no exercício estão apresentadas no Quadro 7, a seguir, estando estruturadas em 2 (dois) blocos de informação: Unidade Jurisdicionada e Recomendações do OCI, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: Recomendações Expedidas pelo OCI, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e Providências Adotadas, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

Quadro 7 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA			26.442
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201209856	01	OFÍCIO 37995/2012/NAC-1/CGU-REGIONAL/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA			26.442
Descrição da Recomendação			
ADOTAR PROVIDÊNCIAS NO SENTIDO DE FORMALIZAR UMA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA EM SUA ESTRUTURA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
REITORIA			
Síntese da Providência Adotada			
CRIAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ATRAVÉS DA PORTARIA GR Nº 528 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
CRIAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ATRAVÉS DA PORTARIA GR Nº 528 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A UNIDADE RECOMENDADA NÃO APRESENTOU QUALQUER POSICIONAMENTO QUE POSSA SER			

INTERPRETADO COMO FATOR POSITIVO/NEGATIVO PARA ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS.

Fonte: Auditoria Interna (2012).

9.1.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

A informação referente às recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício estão apresentadas no Quadro 8, a seguir, contendo as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no Quadro 7 descrito anteriormente, com exceção dos campos “Síntese da Providência Adotada” e “Síntese dos Resultados Obtidos” que são substituídos pelo campo “Justificativa” para o seu não cumprimento, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

Quadro 8 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento em 2012

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA			26.442
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201209856	02	OFÍCIO 37995/2012/NAC-1/CGU-REGIONAL/CE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA			26.442
Descrição da Recomendação			
RECOMENDA-SE QUE A UNILAB ENVIDE ESFORÇOS NO SENTIDO DE ESTRUTURAR ADEQUADAMENTE O SETOR DE AUDITORIA INTERNA A SER FORMADO, DOTANDO ESTA DE CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE SEU TRABALHO, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 14 DO DECRETO Nº 3.591/2000.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
REITORIA			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
FALTA DE ESPAÇO FÍSICO E DE SERVIDORES.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
DEVIDO A POUCA ESTRUTURA E GRANDE CRESCIMENTO DA UNIVERSIDADE, FALTA ESPAÇO FÍSICO E PESSOAL DISPONÍVEL PARA ESTRUTURAR A EQUIPE DE AUDITORIA INTERNA.			

Fonte: Auditoria Interna (2012).

9.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unilab passou a contar com o trabalho da Auditoria Interna a partir da posse da servidora nomeada para o cargo de auditor, em 25 de maio de 2012. A partir deste momento, foram enviados esforços para o treinamento e o aperfeiçoamento da auditora, com participação em cursos, fóruns e treinamentos.

Em 18 de dezembro de 2012, foi criada a Unidade de Auditoria Interna, através da Portaria GR nº. 528, estando esta, vinculada à Reitoria. Esta Unidade conta, no momento, com apenas 01 servidor exercendo as atribuições inerentes às atividades de auditoria interna.

A Unidade de Auditoria Interna da Unilab conta com um sistema informatizado para consultas e registro de relatórios, o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), Módulo Auditoria e Controle Interno.

Por ser tratar de uma unidade recém-criada e contando apenas com 01 servidor, não foram desenvolvidas muitas atividades de auditoria interna, pois foi dado ênfase ao aperfeiçoamento dos conhecimentos do servidor e enfoque no planejamento dos trabalhos de auditoria.

Durante este período, foram realizadas algumas atividades pelo servidor, conforme descrição feita no Quadro 9, a seguir.

Quadro 6 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento em 2012

Área, unidade e setor auditado	Escopo examinado	Resultados
Pró-Reitoria de Administração - Coordenação de Gestão de Pessoas- COGEP	Atendimento a solicitação de orientação quanto à concessão de Auxílio Transporte.	Foi realizada uma mudança no cadastramento dos servidores que recebem Auxílio Transporte.
Auditoria Interna	Envio de Solicitação de Auditoria sobre informações acerca das Pró-Reitorias de Administração e Planejamento para análise e conhecimento da estrutura de cada uma.	Análise e conhecimento da estrutura das Pró-Reitorias.
Pró-Reitoria de Administração	Atendimento a solicitação de análise e emissão de despacho sobre processo licitatório para contratação de serviço de instalação e manutenção de ar condicionado.	
Auditoria Interna	Envio de Solicitação de Auditoria sobre informações acerca das Pró-Reitorias de Graduação e de Relações Institucionais para análise e conhecimento da estrutura de cada uma.	Análise e conhecimento da estrutura das Pró-Reitorias.
Pró-Reitoria de Administração	Atendimento a solicitação de análise e emissão de despacho sobre dispensa de licitação para contratação direta de serviços de agência de viagens	
Auditoria Interna	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna –	

	PAINT/2013	
Auditoria Interna	Atendimento à Solicitação de Auditoria 2012098556/01 da CGU/CE sobre o PAINT e a Auditoria da Unilab.	
Auditoria Interna	Reelaboração e reenvio do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2013	
Pró-Reitoria de Administração	Atendimento a solicitação de análise e emissão de despacho sobre processo licitatório para contratação de serviços de vigilância armada e desarmada e segurança patrimonial.	

Fonte: Auditoria Interna (2012).

9.3 Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº. 8.730/93

Este subitem tem por objetivo evidenciar as informações quantitativas e qualitativas sobre o acompanhamento, realizado pela Universidade, das obrigações referentes à entrega da declaração de bens e rendas (DBR) por autoridades e servidores relacionados no art. 1º. da Lei nº. 8.730/93.

O cumprimento das obrigações fixadas pela Lei nº. 8.730/93 está demonstrado por intermédio da Tabela 40, a qual especifica, dentro da classificação de cargos e funções obrigados pela referida Lei a entregar a DBR, a quantidade de pessoas submetidas à obrigação em cada um dos momentos: posse ou início do exercício na função ou cargo; fim do exercício de cargo; fim de exercício financeiro. Para cada uma desses momentos caracterizados pela Lei, a Universidade apresenta a quantidade de pessoas submetidas à obrigação; a quantidade de pessoas que cumpriram a obrigação e a quantidade de pessoas que não cumpriram a obrigação.

9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº. 8.730/93

A Tabela 41 a seguir compreende o conjunto de autoridades e servidores obrigados pela Lei nº. 8.730/93 a entregar a DBR, discriminando, para cada momento em que a obrigação se concretiza, as quantidades de autoridades, titulares de cargos e de funções obrigados ao cumprimento da exigência do art. 1º da referida Lei. Os campos devem ser preenchidos de acordo com as descrições a seguir especificadas, devendo-se levar em consideração o cruzamento das colunas relativas ao “Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR” (Posse ou Início do Exercício da Função ou Cargo, Final do Exercício da Função ou Cargo e Final do Exercício Financeiro), com as respectivas linhas (Autoridades, Cargos Eletivos, Cargo de Confiança, Emprego de Confiança e Função de Confiança ou em comissão).

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades	Obrigados a entregar a DBR			

(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	91	3	
	Entregaram a DBR	91	3	
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	55	25	69
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Tabela 41 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da Universidade, da obrigação de entregar a DBR

Fonte: Divisão de Administração de Pessoal (2012).

Os dados informados na Tabela 40 basearam-se nos relatórios do SIAPE, apurados em 2012, sobre as nomeações e/ou designações de função comissionadas e cargo de direção. Como percebe-se, em 2012, dos 91 servidores obrigados a entregar a DBR, em virtude de ter tomado posse ou início de função ou cargo, todos entregaram a DBR; dos 3 servidores obrigados a entregar a DBR, em virtude do final do exercício da função ou cargo, todos entregaram a DBR; e que nenhum dos servidores que possuíam ou possuem funções comissionadas, durante o exercício de 2012, entregaram a DBR.

Vale ressaltar que, em 2012, na Unilab, alguns servidores ocuparam mais de um cargo e/ou função, e, por esse motivo, houve dificuldade na análise e mensuração de alguns dados. Além disso, alguns servidores não entregaram a declaração, embora tenham sido notificados a respeito dessa exigência.

9.4 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e no SICONV

A Coordenadora de Recursos Orçamentários, órgão da Pró-Reitoria de Administração, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ana Regina Ratts Frazão, CPF nº 117.784.903-87, declara (Anexo I) junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este item do relatório de gestão tem por objetivo evidenciar as informações quanto à elaboração e à fidedignidade das informações contidas nas demonstrações contábeis elaboradas pela Universidade, bem como acompanhar a implementação dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

10.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Este subitem tem por objetivo levantar informações quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis elaboradas pela Universidade para dar cumprimento às diretrizes preconizadas nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e 16.10.

10.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Este subitem contém as informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº. 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da Unidade.

A Universidade, ao final de 2012, possuía todos os bens que compõem o ativo permanente imobilizado controlados em sistema informatizado, o que propiciou a realização da redução a valor recuperável dos ativos adquiridos em 2011 e, consequentemente, a depreciação de todos os bens do patrimônio em dezembro de 2012.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação e as taxas utilizadas para os cálculos seguiram as orientações da NBC T 16.9 e 16.10 e a macrofunção do SIAFI 020330.

Quanto aos ativos intangíveis, vale ressaltar que a Universidade não possui sistema de controle e, portanto, ainda não está efetuando a amortização dos mesmo.

10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Este subitem do Relatório de Gestão contempla a responsabilidade do Contador quanto ao registro, à análise e à elaboração das demonstrações contábeis, por meio da declaração do contador responsável pela Universidade atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade.

A declaração plena do contador responsável pela Universidade, de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, consta no Anexo II deste Relatório de Gestão.

Quadro 10 – Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Redenção	Data	31/12/2012
Contador Responsável	Luis Alberto Rodrigues	CRC nº	CE - 6759

Fonte: SIAFI (2012).

11 INDICADORES DE DESEMPENHO DO TCU E PROJETOS DESENVOLVIDOS POR FUNDAÇÕES

Este item do Relatório de Gestão tem por objetivo verificar o desempenho operacional da Universidade, tendo por base um conjunto de indicadores operacionais, assim como obter, para fins de análise, a relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio sob a égide da Lei nº. 8.958/1994.

Para tanto, este item contempla os indicadores de desempenho, nos termos da Decisão TCU nº. 408/2002 – Plenário e modificações posteriores e a relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações, sob a égide da Lei nº 8.958/1994, discriminando o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência, e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à IFES envolvidos em cada projeto. Os indicadores de desempenho, nos termos da Decisão TCU nº. 408/2002, tem por objetivo verificar o desempenho operacional da Universidade, com base em um conjunto de indicadores operacionais.

11.1 Indicadores de Desempenho da Universidade nos Termos da Decisão TCU nº. 408/2002 – Plenário e Modificações Posteriores

A Decisão TCU nº. 408/2002 determinou que, a partir do exercício de 2002, as Universidades informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores operacionais que possibilitasse a avaliação do desempenho operacional da instituição pelo Tribunal.

Para efeito dessa Decisão, a apresentação dos indicadores será realizada em dois demonstrativos complementares contendo o primeiro uma série temporal com os dois últimos exercícios de um conjunto de itens de informação sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, enquanto o segundo contempla uma série temporal que abrange o exercício de 2012 e 2011, tendo em vista que a Unilab só começou a possuir executar orçamento em 2011, com os doze (12) indicadores definidos na Decisão nº. TCU 408/2002 e modificações posteriores. A tabela 42 apresenta os resultados decorrentes dos indicadores primários.

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS	
	2012	2011
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	19.322.445,06	10.794.035,50
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	19.322.445,06	10.794.035,50
Número de Professores Equivalentes	69,50	30
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	156	86
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	156	86
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	1008	338
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	0	0
Alunos de Residência Médica (AR)	0	0
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	894,875	593,375
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	731,75	387,75
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	0	0
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	0	0

Tabela 72 – Resultados dos indicadores primários – Decisão TCU n.º 408/2002

Fonte: SIAFI (2011, 2012); PROGRAD (2011, 2012); COGEP (2011, 2012); PROPPGE (2011, 2012).

Da análise da tabela 42, pode-se verificar que, como a Unilab não possui hospital universitário, o custo corrente apurado foi de R\$ 10.794.035,50, em 2011, obtido pelo somatório das despesas correntes (conta SIAFI nº 3.30.00.00) de R\$ 11.118.408,74, deduzidos os valores pagos em decorrência de sentenças judiciais (conta SIAFI nº 3.31.90.91) de R\$ 324.373,24. Em relação ao exercício de 2012, o custo corrente apurado foi de R\$ 19.322.445,06, obtido pelo somatório das despesas correntes (conta SIAFI nº 3.30.00.00) de R\$ 19.708.598,75, deduzidos os valores pagos em decorrência de sentenças judiciais (conta SIAFI nº 3.31.90.91) de R\$ 386.153,69. Portanto, em 2012, a Unilab teve um aumento em 79% no custo corrente.

Para o cálculo do número de professores equivalentes, foi considerado como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem Dedicação Exclusiva - DE), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de dedicação, conforme apresentado na tabela 43 a seguir:

Regime de Dedicação	Peso
20 horas/semana	0,50
40 horas/semana	1,00
Dedicação Exclusiva	1,00

Tabela 43 – Considerações para o cálculo do número dos professores equivalentes

Fonte: Portaria TCU nº 150 (2012).

Dessa forma, o total de professores equivalentes obtido foi 30, em 2011, a partir da soma de 29 professores em exercício efetivo no ensino superior, inclusive ocupantes de funções gratificadas, cargos comissionados e visitantes, em regime de tempo integral, e 2 professores em regime de 20h por semana. Em 2012, o total de professores equivalentes elevou-se para 69,5, a partir da soma de 60 professores em exercício efetivo no ensino superior e 9,5 professores visitantes ou substitutos.

Para o cálculo do número de funcionários equivalentes, foi considerado como referência, o servidor de tempo integral (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho, conforme apresentado na tabela 43 a seguir.

Regime de Trabalho	Peso
20 horas/semana	0,50
30 horas/semana	0,75
40 horas/semana	1,00

Tabela 44 – Considerações para o cálculo do número dos funcionários equivalentes

Fonte: Portaria TCU nº 150 (2012).

Dessa forma, o total de professores equivalentes obtido foi 86, em 2011, a partir da soma de 34 servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade e 52 contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias. Em 2012, o número de professores equivalentes subiu para 156, a partir da soma de 80 servidores técnico-administrativos e 76 contratados sob a forma de serviços terceirizados.

Em 2011, a Unilab contava com 338 alunos regularmente matriculados na graduação (AG), caracterizados como aqueles que realizaram sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e cursando pelo

menos uma disciplina. Em 2012, o número de alunos regularmente matriculados subiu para 1008.

Até o final de 2012, a Unilab não possuía alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo alunos de mestrado e de doutorado (APG), caracterizados como aqueles que realizam sua inscrição formal no curso após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e cursando pelo menos uma disciplina; assim como não possuía alunos de residência médica (AR), tendo em vista que não oferece Curso de Medicina, nem dispõe de hospital universitário.

Para o cálculo do número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI) foi considerada a seguinte fórmula: $AGTI = \sum \text{todos os cursos} \{ (NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \}$; onde NDI é o número de diplomados, no ano letivo de 2011, em cada curso, equivalendo ao número de alunos aptos a colar grau; DPC é a duração padrão do curso, de acordo com a tabela 44 apresentada a seguir; NI é o número de alunos que ingressaram, no ano letivo de 2011 e 2012, em cada curso, devendo ser considerados apenas os alunos que ingressaram, pela primeira vez, no curso superior considerado; e o fator de retenção é calculado de acordo com metodologia da SESu apresentada na tabela 44.

Área	Descrição da Área	Fator de Retenção	Duração Padrão
CS1	Medicina	0,0650	6
CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5
CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4
CB	Ciências Biológicas	0,1250	4
ENG	Engenharias	0,0820	5
TEC	Tecnólogos	0,0820	3
CS3	Nutrição, Farmácia	0,0660	5
CA	Ciências Agrárias	0,0500	5
CE2	Ciências Exatas - Computação	0,1325	4
CE1	Ciências Exatas – Matemática e Estatística	0,1325	4
CSC	Arquitetura/Urbanismo	0,1200	4
A	Artes	0,1150	4
M	Música	0,1150	4
CS4	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Educação Física	0,0660	5
CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4
CSB	Direito	0,1200	5
LL	Linguística e Letras	0,1150	4
CH	Ciências Humanas	0,1000	4
CH1	Psicologia	0,1000	5
CH2	Formação de Professor	0,1000	4

Tabela 45 – SESu – Áreas, Fator de Retenção e Duração Padrão

Fonte: Portaria TCU nº 150 (2012).

Dessa forma, o número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI) obtido, em 2011, foi 387,75. Em 2012, a Unilab possuía 79 estudantes matriculados no Bacharelado em Administração Pública, 90 estudantes matriculados em Agronomia, 319 matriculados no Bacharelado em Ciências Humanas, 35 em Ciências da Natureza e Matemática, 41,25 em Enfermagem, 87,5 em Engenharia e 80 em Letras.

Para o cálculo do número de alunos equivalentes da graduação (AGE), foi considerada a seguinte fórmula: $AGE = \sum \text{todos os cursos} \{ (NDI * DPC)(1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI)/4) * DPC \} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$; em que foi obtido o número 593,375.

$$AGE = 79*1 + 90*2 + 319*1 + 41,25*1,5 + 87,5*2 + 80*1$$

$$AGE = 79 + 180 + 319 + 61,875 + 175 + 80$$

$$AGE = 894,875$$

AGTI

$$\text{Administração Pública} - \{(0*4)(1+0,12) + ((79-0)/4) * 4\} = 79$$

$$\text{Agronomia} - \{(0*5)(1+0,05) + ((72-0)/4) * 5\} = 90$$

$$\text{BHU} - \{(0*4)(1+0,1) + ((319-0)/4) * 4\} = 319$$

$$\text{CNM} - \{(0*4)(1+0,1325) + ((35-0)/4) * 4\} = 35$$

$$\text{Enfermagem} - \{(0*5)(1+0,066) + ((33-0)/4) * 5\} = 41,25$$

$$\text{Engenharia} - \{(0*5)(1+0,082) + ((70-0)/4) * 5\} = 87,5$$

$$\text{Letras} - \{(0*4)(1+0,115) + ((80-0)/4) * 4\} = 80$$

$$\text{Soma} = 731,75$$

Para o cálculo do número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI), foi considerada a fórmula: $APGTI = 2 * APG$. Como a Universidade não possui alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, esse número é 0 (zero).

Para o cálculo do número de alunos em tempo integral de residência médica (ARTI), foi considerada a fórmula: $ARTI = 2 * AR$. Como a Universidade não possui alunos de residência médica matriculados, esse número é 0 (zero).

A tabela 46 apresenta os 12 (doze) indicadores obtidos por meio das informações sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários.

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2012	2011	2009	2008	2007
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	21.592,46	18.190,92			
Custo corrente sem HU / Aluno Equivalente	21.592,46	18.190,92			
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	10,53	12,925			
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	4,69	4,5087			
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	4,69	4,5087			
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	2,25	2,87			
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	2,25	2,87			
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,73	1,1471			
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0	0			
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	0	0			
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	5	5			
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0	0			

Tabela 46 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Fonte: SIAFI (2011, 2012); PROGRAD (2011, 2012); COGEP (2011, 2012); PROPPGE (2011, 2012).

Para a obtenção dos indicadores apresentados na tabela 26, foram utilizados como cálculo as seguintes fórmulas:

- Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente = $\text{Custo Corrente com HU} / (AGE + APGTI + ARTI)$;
- Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente = $\text{Custo Corrente sem HU} / (AGE + APGTI + ARTI)$;

- c) $\text{Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente} = (\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{Número de professores equivalentes};$
- d) $\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU} = (\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{Funcionário Equivalente com HU};$
- e) $\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU} = (\text{AGTI} + \text{APGTI} + \text{ARTI}) / \text{Funcionário Equivalente com HU};$
- f) $\text{Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente} = \text{Funcionário Equivalente com HU} / \text{Número de professores equivalentes};$
- g) $\text{Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente} = \text{Funcionário Equivalente sem HU} / \text{Número de professores equivalentes};$
- h) $\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \text{AGTI} / \text{AG};$
- i) $\text{Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)} = \text{APG} / (\text{AG} + \text{APG});$
- j) $\text{Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação} = (\Sigma \text{ conceitos de todos os programas de pós-graduação}) / \text{Número de programas de pós-graduação}$
- k) $\text{Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)} = (5\text{D} + 3\text{M} + 2\text{E} + \text{G}) / \text{D} + \text{M} + \text{E} + \text{G},$ conforme a tabela 26 a seguir;
- l) $\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \text{Número de diplomados} / \text{Número total de alunos ingressantes}.$

QUALIFICAÇÃO	PESO
Docentes doutores (D)	5
Docentes mestres (M)	3
Docentes com especialização (E)	2
Docentes graduados (G)	1

Tabela 47 – Pesos para o cálculo da taxa de sucesso na Graduação

Fonte: Portaria TCU nº 150 (2012).

11.2 Projeto Desenvolvido por Fundação

A Unilab, em 2012, continuidade ao contrato firmado de nº. 22/2011, publicado no DOU de 09 de dezembro de 2011, com fundação de apoio, sob a égide da Lei nº 8.958/1994, para apoiar o Projeto do Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos e Cooperação Sul-Sul – ECOSS, por meio do processo P24379/11-18, o qual contou com recursos descentralizados pela SECAD/MEC, em 31 de agosto de 2011, no valor total de R\$ 1.300.000,00.

O objetivo geral do projeto é constituir um Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto da cooperação Sul-Sul, que possibilite registrar e compartilhar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA), histórica e recente, nos países membros da CPLP, com ênfase em PALOP e Timor Leste. No Brasil, a abrangência do projeto é nacional, articulado com os Centros de Referência e Núcleos já constituídos no país, aliada à inserção no Maciço de Baturité/CE.

ANEXOS

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, Ana Regina Ratts Frazão, CPF nº 117.784.903-87, Coordenadora de Recursos Orçamentários, exercido na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Redenção, 31 de março de 2013.

Ana Regina Ratts Frazão
CPF 117.784.903-87
Coordenadora de Recursos Orçamentários